

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
CURSO DE LETRAS LICENCIATURA - HABILITAÇÃO EM
PORTUGUÊS E LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Giovani Stefanello

**O DISCURSO DE GETÚLIO VARGAS E POLÍTICAS DE LÍNGUA:
MOVIMENTO DA MEMÓRIA NO IMAGINÁRIO DE NACIONALIDADE**

Santa Maria, RS
2023

Giovani Stefanello

**O DISCURSO DE GETÚLIO VARGAS E POLÍTICAS DE LÍNGUA:
MOVIMENTO DA MEMÓRIA NO IMAGINÁRIO DE NACIONALIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras Licenciatura - Português e Literaturas de Língua Portuguesa, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Licenciado em Letras**.

Orientadora: Profa. Dra. Larissa Montagner Cervo

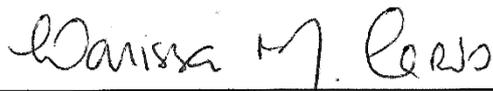
Santa Maria, RS
2023

Giovani Stefanello

**O DISCURSO DE GETÚLIO VARGAS E POLÍTICAS DE LÍNGUA:
MOVIMENTO DA MEMÓRIA NO IMAGINÁRIO DE NACIONALIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras Licenciatura - Habilitação em Português e Literaturas de Língua Portuguesa, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Licenciado em Letras**.

Aprovado em 09 de fevereiro de 2023.



**Larissa Montagner Cervo, doutora (UFSM)
(Presidente/Orientadora)**



Caciane Souza de Medeiros, doutora (UFSM)

Santa Maria, RS
2023

RESUMO

O DISCURSO DE GETÚLIO VARGAS E POLÍTICAS DE LÍNGUA: MOVIMENTO DA MEMÓRIA NO IMAGINÁRIO DE NACIONALIDADE

AUTOR: Giovani Stefanello
ORIENTADORA: Larissa Montagner Cervo

Esta pesquisa trata do imaginário de nacionalidade presente no discurso de posse de Getúlio Vargas na Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1943, a partir da reflexão sobre o modo como a memória é atualizada e funciona em relação às políticas de silenciamento e interdição de línguas estrangeiras promulgadas pelos Decretos-Leis nº 406/1938 e nº 1545/1939, referentes ao período do Estado Novo. Para tanto, trabalhamos na perspectiva da Análise de Discurso, a partir de autores como Eni P. Orlandi, de onde nos inscrevemos para a teorização de conceitos como língua imaginária e língua fluida, políticas de língua e memória discursiva. A análise foi realizada a partir de recortes do discurso de posse organizados em três temáticas que se mostraram recorrentes no texto: o imaginário de Vargas sobre a ABL e seus ocupantes, sobre os imigrantes e sobre nação e nacionalidade. A partir desses recortes, refletimos sobre as formas de atualização do dizer a partir dos movimentos de paráfrase e polissemia, para então observarmos a incidência ou de processos de repetição, ou de processos de deslocamento. Como resultados, observamos que, mesmo o discurso de posse tendo sido proferido por ocasião da assunção à cadeira de imortal da ABL anos depois da publicação dos Decretos, Vargas não se distancia da posição-sujeito presidente da República, o que faz com que o discurso seja carregado de sentidos que parafraseiam os mesmos sentidos atribuídos à nacionalidade através das políticas de línguas vigentes e impostas pela lei, reforçando o imaginário de língua nacional como princípio e meio de construção da identidade da nação, cujo imaginário se dá através da ideia de unidade, tanto de um povo como de uma língua, pela qual os sujeitos se identificam e reafirmam seu pertencimento ao país. Com este estudo, esperamos contribuir para a área da Análise de Discurso, especialmente no que concerne aos estudos sobre Políticas de Línguas, por meio da reflexão sobre a construção do imaginário de nacionalidade proposto por artifícios político-linguísticos de que o Estado Nacional se vale para constituir o ideal de nação como território de uma única, soberana e emancipada língua.

Palavras-chave: Língua. Políticas de língua. Discurso. Identidade nacional. Memória.

ABSTRACT

THE SPEECH BY GETULIO VARGAS AND LANGUAGE POLITICS: A MEMORY MOVEMENT IN THE IMAGINARY OF NATIONALITY

AUTHOR: Giovani Stefanello
ADVISOR: Larissa Montagner Cervo

The present study approaches the imaginary of nationality in Getulio Vargas' inauguration speech in the Brazilian Academy of Letters (ABL) in 1943, from the reflection on how memory is updated and works regarding the policies of silencing and interdiction of foreign languages enacted by Decree-Laws numbers 406/1938 and 1545/1939, referring to the Estado Novo (New State) period. For this purpose, the perspective of the Discourse Analysis is used, based on authors such as Eni P. Orlandi, from where the theorization of concepts such as imaginary language and the fluidity of language, language policies and discursive memory is possible. The analysis was carried out based on fragments of the opening speech organized into three themes that were recurrent in the text: Vargas' imaginary about the ABL and its occupants, the immigrants and the nation and nationality. From these fragments, it is possible to ponder about the ways of renewing the discourse from the movements of paraphrase and polysemy, in order to observe the incidence of either repetition or displacement processes. The findings reveal that, although the inauguration speech was delivered on the occasion of the assumption of the chair of immortal of the ABL years after the publication of the Decrees, Vargas does not distance himself from the subject-position of President of the Republic, which makes the speech loaded with meanings that paraphrase the same meaning attributed to nationality through the language policies that were ongoing and enforced by the Law at the time. This fact reinforces the idea of a national language as a principle and means of building the identity of the nation, in which the imaginary is defined by the idea of unity, both a people and a language, through which subjects identify and reaffirm their belonging to the country. With the current study, we hope to contribute to the field of Discourse Analysis, especially regarding the studies on Language Policies, given the thought on the construction of the imaginary of nationality proposed by political-linguistic devices that the National State uses to constitute the idea of nation as territory of a single, sovereign and emancipated language.

Keywords: Language. Language politics. Discourse. National identity. Memory.

SUMÁRIO

1. INTRODUZINDO A PESQUISA	7
2. FUNDAMENTANDO TEORICAMENTE O ESTUDO	8
3. SITUANDO A PESQUISA	14
3.1. GETÚLIO VARGAS E POLÍTICAS DE LÍNGUA	14
3.2. ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL)	17
3.3. DISCURSO DE POSSE DE GETÚLIO VARGAS	21
4. DESCREVENDO A METODOLOGIA.....	22
5. PARTINDO PARA A ANÁLISE.....	23
5.1. SOBRE A ABL, OS SEUS OCUPANTES E A LÍNGUA	23
5.2. SOBRE OS IMIGRANTES E A NACIONALIDADE	27
5.3. SOBRE A NAÇÃO	30
6. CONCLUINDO.....	33
REFERÊNCIAS	36
ANEXO	39

1. INTRODUZINDO A PESQUISA

Este trabalho surge de um interesse de pesquisa sobre as políticas de língua e a relação da Academia Brasileira de Letras (ABL) com o processo de legitimação de diferentes formas do político, no tocante à língua portuguesa no Brasil. Essa trajetória iniciou-se em 2020 na disciplina “Políticas de Línguas”, ministrada pela Prof.^a Dr.^a Larissa Montagner Cervo na Universidade Federal de Santa Maria, momento em que nos deparamos com as relações estabelecidas entre a língua e o Estado, bem como refletimos sobre alguns efeitos de sentido dessa relação.

Inicialmente, a curiosidade recaía no estudo sobre projetos de lei que visavam a interdição de estrangeirismos no país. Essas legislações, bastante recorrentes na área de estudo, traziam a ABL como justificativa para validar as medidas propostas, uma vez que os autores das leis se identificavam com os acadêmicos no objetivo de proteger uma língua. Nesse processo, foi nas leituras sobre a Academia que um nome nos chamou a atenção: Getúlio Vargas. Poucos presidentes ocuparam uma cadeira na instituição, mas apenas Vargas teve esse privilégio enquanto era presidente do Brasil... Por quê?

A inquietação aflorou, e foi durante a leitura do discurso de posse desse governante que surgiu a ideia para a pesquisa que aqui apresentamos. Um discurso elevado de recursos linguísticos, à altura dos que reconheciam Vargas como um eloquente orador, mas que mobilizava certos sentidos que mereciam uma exploração mais detalhada: eram as passagens que diziam respeito ao imaginário de nacionalidade.

Vargas tornou-se conhecido nos estudos da linguagem muito por suas políticas de afirmação da língua portuguesa e conseqüente silenciamento de línguas estrangeiras, visando contribuir para o projeto de seu governo. E é sobre a relação dessas políticas com o discurso de posse na ABL que dialogaremos neste trabalho, que visa contribuir para a reflexão acerca das políticas de língua e da construção do ideal de nacionalidade no Brasil, à medida que coloca em contato o discurso de um governante na sua cerimônia de posse na Academia Brasileira de Letras com as legislações que promulgou ao longo de seu governo.

Por pensarmos a língua no seu processo histórico, político e social, nossa pesquisa fundamenta-se na Análise de Discurso, postulada pelo filósofo francês Michel Pêcheux e difundida no Brasil pela professora Eni Puccinelli Orlandi, em

colaboração com outros autores. A nossa questão norteadora visa compreender de que formas o ideal de nacionalidade pressuposto nas políticas de línguas promulgadas por Getúlio Vargas significa também no seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. Para tanto, analisaremos recortes do texto proferido por Vargas na cerimônia de seu ingresso na ABL, que discursivem o imaginário de língua e de nação, bem como o seu posicionamento diante do sujeito imigrante, pondo esses dizeres em relação às políticas de língua decretadas durante o governo do Estado Novo.

2. FUNDAMENTANDO TEORICAMENTE O ESTUDO

Para que se inicie a reflexão acerca do tema deste trabalho, que envolve o processo discursivo de construção dos sentidos de nacionalidade no Brasil e políticas de língua, primeiramente é necessário estabelecermos a noção de “discurso” e de “língua” a partir da perceptiva teórica à qual nos vinculamos.

Orlandi (2015, p. 13) esclarece que a Análise de Discurso (AD) “não trata da língua, não trata da gramática, [...] ela trata do discurso”, sendo este “a palavra em movimento, prática de linguagem”, ou seja, a língua na relação de sentidos entre os sujeitos e a história. E é dessa relação que o discurso emerge, sendo, portanto, o “efeito de sentido entre interlocutores”.

Nesse íterim, “língua” corresponde à materialização do discurso, à condição de realização do dizer e dos efeitos de sentido. Pensarmos aqui a língua do ponto de vista discursivo implica entender que ela é sempre atravessada pelo político, enquanto noção que nos possibilita compreender a relação do linguístico e do discursivo com os modos de significar o mundo e os sujeitos. A partir dele, refletimos sobre a língua através do seu desenvolvimento histórico e social e, no caso do Brasil, enquanto parte de um processo que a coloca em relação com outras línguas.

O Brasil é um país que se reconhece pela língua portuguesa, apesar de sua realidade multilíngue. Do ponto de vista político e histórico, a consolidação do português como língua oficial e nacional é um processo que envolve diversas políticas e acontecimentos, além do que concerne à relação constante e tensa do português com outras línguas aqui faladas. Guimarães (2005), em análise dos primeiros períodos da história do Brasil, distingue quatro períodos iniciais, relativos ao período da colonização e do início do séc. XIX. O primeiro momento “começa com o início da

colonização e vai até a saída dos holandeses do Brasil, em 1654” (2005, p. 24), quando aqui se falavam línguas indígenas, as *línguas gerais* (língua de contato entre índios de diferentes tribos, portugueses e seus descendentes) e o holandês. O segundo momento “começa com a saída dos holandeses do Brasil e vai até a chegada da família real portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808” (2005, p. 24), no qual o português e as línguas indígenas passam a se relacionar também com as línguas africanas dos escravos. É nesse momento que ocorre uma atuação do império português para o impedimento do uso da língua geral nas escolas. O terceiro momento “começa com a vinda da família real em 1808, como consequência da guerra com a França, e termina com a independência” (2005, p. 24), período em que há grande mobilização política e social portuguesa no país, com destaque para o desenvolvimento da imprensa. Por fim, o quarto momento “começa em 1826” (2005, p. 25), ano em que José Clemente propôs o uso de “linguagem brasileira” para a redação de diplomas médicos no Brasil.

Nos dois primeiros momentos, temos uma mudança na ocupação do território brasileiro por parte dos europeus: de início os holandeses e após os portugueses. Ao Portugal tomar integralmente conta da então colônia, impera o domínio do falar do povo desse país em detrimento dos outros que antes tomaram o espaço, relação que evidencia o posicionamento português pela detenção do espaço e das leis aqui vigentes.

Pela chegada da família real portuguesa, transfere-se para a América o local de moradia, de vivência da corte. Assim, o comportamento político se voltará para o Brasil, que presenciará uma postura dedicada ao desenvolvimento nacional como forma de estabelecimento da sede do Império. Isso está compreendido no terceiro momento descrito por Guimarães (2005). No quarto momento, o posicionamento sobre a língua se alterará para pensá-la não mais como “portuguesa”, mas “brasileira”, ou seja, própria desde país e nele identificada.

Com isso, o movimento de consolidação da língua portuguesa passa por entender quem está dominando o território, ou seja, que povo conduzirá suas ações diante do país então colônia e que, portanto, representará a língua de prevalência. Adiante, estabelecendo este país como metrópole do império português, a presença da família real indicará a soberania dos governantes da nação, logo, da língua que representará a unidade política e simbólica deste local. Por fim, ter-se a língua nacional como “brasileiro” e não o “português” atualiza o dizer sobre a língua por ela

própria, identificando-a diferentemente pelo gentílico que lhe atribui e provocando um efeito de sentido outro, que altera a relação do sujeito-cidadão com a sua própria língua de origem, uma vez que, sendo brasileiro, língua brasileira falaria.

Diante desse estudo da língua pelo viés histórico, é possível compreender sua relação em contato com outras línguas e outros povos e com as formas de poder político determinadas por aqueles que ocupavam este espaço, perspectiva que evidencia o atravessamento do político na língua, o qual a constitui no seu processo de significação no social e na relação com o Estado.

A partir da anterior exploração do conceito de “língua”, como materialidade do discurso, podemos retomar a perspectiva de Orlandi (2009) para compreendemos a distinção entre *língua imaginária* e *língua fluida*, essencial à reflexão sobre as línguas em contato e em funcionamento. Primeiramente, *língua fluida* refere-se à língua mutável, inconstante e em movimento. É a língua da fala, do diálogo cotidiano, das modificações sociais e culturais de um povo, que, por manter-se em constante reformulação e debate, não se fixa em limites. Já a *língua imaginária* é a língua sistematizada, estruturada e unificada. É a língua da gramática, dos usos normativos e, por isso, menos flexível, pois se apresenta como uma unidade comum em dimensões enunciativas e discursivas.

Para Cervo (2012, p. 67), a língua fluida seria “a língua no mundo, a que não se deixa aprisionar e que se inscreve na relação dos sujeitos com a história”, ou seja, é a língua do contato e das interações dinâmicas da sociedade, o que, portanto, não possibilita a imobilização “nas redes de sistemas e fórmulas” (ORLANDI, 2013, p. 22). Dessa forma, o atravessamento do político se evidencia pelas relações cotidianas e não por sistematizações, como em uma gramática ou dicionário.

A língua imaginária, por sua vez, possui, segundo Orlandi (2013), o sentido de ser uma língua cristalizada, mecanizada, passível de esquematização e gramatização. É a língua de domínio do Estado, da escolarização, do aprender a ler e escrever, e por meio da qual a gramática e o dicionário projetam um mesmo imaginário, produzindo o efeito de que, por ela, todos falam de maneira semelhante e, portanto, não há deslizes, movimentos ou equívocos no processo de identificação que se constrói na e pela linguagem.

Neste trabalho, centrar-nos-emos sobre a língua na ordem do imaginário, pois é por ele que podemos explorar as funções do Estado e das políticas de língua na sua relação com o político e o processo de construção da identidade nacional. A isso

unimos o conceito de “língua nacional”, a língua da nação, a partir da qual os sujeitos se identificam e se inscrevem no imaginário de nacionalidade, sentindo-se pertencentes a uma comunidade. Sobre o processo de identificação do sujeito, Orlandi (2013, p. 45) esclarece que “faz parte do imaginário do sujeito, em sua diferença, pensar a unidade, para identificar-se, assim como também faz parte desse mesmo sujeito [...] ter de referir-se a uma pátria para ter identidade ‘nacional’”.

Diante dessa explicação sobre a relação do sujeito com o seu imaginário de pertencimento, é possível entender que é também pela língua que ele se significa e significa enquanto parte de uma nação, visto que é no discurso que o jogo de valores entre o que é meu e o que é nosso, do país, se materializa. Para refletirmos melhor sobre isso, é preciso explorar esse ponto de contato de línguas, das línguas dos sujeitos entre si e entre eles e o Estado, não só referente ao modo de identificação do sujeito, como também ao processo de construção do imaginário de nacionalidade.

Rememorando o processo histórico da língua portuguesa no Brasil, perceberemos o conflito entre o português-brasileiro e o português-português. Orlandi (2013, p. 23) explica que “se fala a mesma língua, mas se fala diferente”, uma vez que o sistema simbólico e de produção de sentidos em cada uma dessas línguas se dá de maneiras distintas, principalmente se pensarmos no movimento político e social que permeia a história de ambas.

O português entrou em contato com as línguas indígenas dos povos que já habitavam o Brasil quando da chegada dos europeus. Esse ponto histórico foi decisivo para o futuro do país, e aqui nos interessa a relação linguística decorrente deste processo, pois pensamos a língua no seu movimento político com a história. Nesse momento, vale pensarmos sobre as formas de pensar esse político na língua para a construção do conhecimento sobre ela, especialmente no que tange ao tema deste trabalho - o ideal de nacionalidade.

O político, segundo Cervo (2012, p. 72), significa “o jogo de forças que busca regularizar e sedimentar o discursivo”, num trabalho de “direcionamento do sentido”. Dessa forma, há uma delimitação dos sentidos e da significação, que determinará o comportamento assumido ao pensarmos tanto a língua em sua função materializadora do discurso, como a produção do conhecimento sobre ela. O conceito de “política de língua” insere-se aqui, nesse gesto interpretativo da disputa do político na significação.

Sobre políticas de língua, Orlandi (2013) nos evidencia três posições de valor correspondentes a princípios éticos: a de *unidade*, referida pelo Estado e pelas

Instituições e sustentada pela noção de “língua nacional”, com o objetivo de construir um imaginário de língua comum a todos; a de *dominação*, pelo contato entre povos e nações que, por meio de usos de poder, refletem naqueles seu ideal de língua; e a de *diversidade*, relativa aos que falam a língua.

Importante aqui destacar que sempre há *diversidade* na *unidade*, e pela unidade podemos atribuir diversidade, pois tendo-se o imaginário do único, aquilo que o tangencia torna-se diverso. Esses valores - de unidade e diversidade - filiam-se, pois, ao se ter, por exemplo, o português como língua nacional e, portanto, tomá-lo como representativo do imaginário de unidade, tem-se ao mesmo tempo as outras variedades linguísticas como diferentes ou inferiores à língua padrão, regular e normatizada, o que pressupõe o próprio da diversidade da língua.

Nesse sentido, tomamos neste trabalho a língua em funcionamento como uma prática política, porque 1) todo dizer é afetado pelo político e 2) esse movimento pressupõe escolhas, conscientes ou não, principalmente quando trabalha com Políticas de Língua. Fiorin (2000, p. 31) elucida que “uma política linguística só existe quando há escolha”, e essas escolhas pautam-se em determinadas posições assumidas, as quais representam princípios éticos sobre a língua, seja pela perspectiva da diversidade, seja pela perspectiva da dominação ou da unidade.

E é na dimensão da “unidade” que se insere a questão da língua nacional, desse instrumento que dá razão de ser à nação e ao Estado. Dentro dessa ideia, tem-se a língua se relacionando com a vida social e nacional do país, assumindo um caráter simbólico nessas relações e, por conseguinte, promovendo um imaginário de pertencimento à determinada pátria.

Para além de pensar o processo imaginário de construção da identidade nacional dos sujeitos, podemos evidenciar o político na língua por outras vias. Assim e tendo como base as políticas de língua acerca do ideal de nacionalidade, importa-nos trazer também esclarecimentos do movimento que coloca em conflito diferentes línguas, mas pelo qual uma ou umas serão silenciadas, em detrimento do valor de um projeto nacionalista.

Aqui tomamos o processo de imigração no Brasil para compreendermos o funcionamento da política de silêncio como forma de identificar determinadas políticas de língua na construção do imaginário nacional. Em relação a esse “silêncio” no movimento político da língua, Payer (2001, p. 237) refere-se ao apagamento “das outras memórias discursivas, através da interdição da língua”, pensando *memória*

como postulou Orlandi (2015, p. 29): interdiscurso, “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”.

O conceito de memória discursiva, de interdiscurso, é trabalhado como o já-dito que sustenta e torna possível todo dizer na forma do pré-construído, ou seja, tudo o que já foi dito sobre e pode vir a ressignificar, abrindo possibilidades de o sentido sempre ser outro. Assim, segundo Orlandi (2015, p. 31), “para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido”, ou seja, é necessário que todo o já-dito se apague na memória para que faça sentido no meu dizer. Portanto, “o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”, pela forma de ressignificar o já-dito através de minhas palavras, sendo fundamental no processo de significação e de relação “com os sujeitos e com a ideologia” (ORLANDI, 2015, p. 29-30).

Com isso, pensar em política do silenciamento, em censura, na relação com o interdiscurso, é pensar em formas de interdição do dizer, do “poder-dizer”, na construção discursiva do sujeito que, ao ser impedido de se significar pela sua língua, é obrigado a tomar outro lugar no discurso, a se deslocar para uma memória discursiva diferente. Dessa forma, censura-se e reprime-se a língua já constituída de identificação e subjetivação do sujeito, a exemplo do que Payer (2001) trabalha em relação à interdição da língua dos imigrantes, que são submetidos à identificação através da disputa política sobre a sua língua e a língua oficial do país para o qual emigram, em função da manutenção do imaginário de unidade da nação.

Trazemos esses conceitos aqui neste trabalho pois analisaremos a relação de políticas linguísticas com a construção do imaginário de nacionalidade, o que nos faz retornar à época da imigração, na qual a política do silenciamento regulamentou “as condições de permanência do imigrante estrangeiro no interior da Nação brasileira, levando-o a inscrever-se em posições discursivas que se coadunem à memória discursiva da nacionalidade” (PAYER, 2001, p. 238), especialmente durante o governo do Estado Novo de Getúlio Vargas.

3. SITUANDO A PESQUISA

3.1. GETÚLIO VARGAS E POLÍTICAS DE LÍNGUA

Getúlio Dornelles Vargas (1882 – 1954) foi presidente do Brasil durante o período conhecido por Estado Novo (10/11/1937 – 29/10/1945), momento em que ideais autoritários e nacionalistas fundamentaram as políticas governamentais. Nesse período, diversos imigrantes europeus e asiáticos vieram ao país em razão de acordos políticos para desenvolvimento nacional, principalmente agrário, ocupando várias regiões do Brasil; no Sul, italianos e alemães foram os mais frequentes. Esse contexto nacional articula-se ao mundial, sobre o qual incidia a Segunda Grande Guerra, em que grandes potências se confrontavam em dois grandes grupos, o Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e os Aliados (dentre vários, destaca-se Estados Unidos, União Soviética, China, Reino Unido e França, além do Brasil).

Ao assumir a presidência do Brasil por meio de um golpe de Estado, Vargas propõe uma nova Constituição que lhe concede poderes até então moderados por outras instituições políticas, como o Congresso Nacional, que acabou sendo fechado e dissolvido a partir da ditadura do Estado Novo.

Determinado no projeto de construção da identidade nacional, Getúlio Vargas procurou mobilizar-se, político e ideologicamente, em torno de ideais que, pela sua concepção, elevassem o valor da nação e do sentimento de pertencimento ao país, postura que, segundo Rocha (2004), simpatizava com ideologias nazi/fascistas e com políticas eugenistas, as quais priorizavam uma raça em detrimento de outras, no caso, os brancos em relação a judeus e africanos. Nessa direção, ao se alinhar aos Aliados na Segunda Guerra, Vargas reorganizou suas forças políticas para posicionar-se contra os países do Eixo, articulação que gerou consequências diretas aos imigrantes que estavam no Brasil.

Nessa primeira metade do século XX, uma forte onda imigratória veio para o país, e na região Sul os italianos e alemães, que visavam uma melhora nas condições de vida, tornaram-se força de trabalho bastante presente. Diante disso e dos supostos riscos à segurança apresentados pela Guerra, Vargas utilizou de seus artifícios governamentais para articular políticas que, dentro do contexto brasileiro, tivessem efeitos diretos na promoção da unidade e identidades nacionais; algumas dessas medidas foram os decretos acerca do uso da língua neste território.

Em 1938, um ano após o golpe do Estado Novo, Getúlio Vargas promulgou o Decreto-Lei nº 406¹, que dispunha “sobre a entrada de estrangeiros no território nacional”. O objetivo dessa legislação era adequar as diretrizes imigratórias às concepções vigentes do então governo, que se pretendia protecionista e mantinha desconfianças com os chegados da Europa, em especial italianos, alemães e japoneses. Diante disso, o Decreto-Lei elucidava diversas condutas, mas aqui chama a atenção o artigo 85, que determinava que “em todas as escolas rurais do país, o ensino de qualquer matéria será ministrado em português, sem prejuízo do eventual emprego do método direto no ensino das línguas vivas”, já estipulando, no âmbito educacional, que língua seria utilizada. No parágrafo 3º deste artigo, especifica-se que os materiais didáticos se adequariam à proposta nacionalizante, uma vez que “os livros destinados ao ensino primário serão exclusivamente escritos em línguas portuguesa”.

Com isso, tem-se não uma priorização, mas a exclusividade de uma língua em detrimento de outras, e essa delimitação ocorre no espaço escolar, enquanto uma condição para a cidadania e permanência no território brasileiro. Acerca disso, importa refletir sobre o papel da escola na construção da cidadania e da naturalização dos sujeitos imigrantes no Brasil, uma vez que é na escola que se aprende a ler e a escrever, ou seja, onde há a construção da identidade linguística do cidadão não pela oralidade, mas pela escrita.

Guimarães (2003, p. 49) esclarece que a Escola, junto da gramática e do dicionário, são “instrumentos específicos de organização do espaço de enunciação”, ou seja, funcionam sobre a distribuição das línguas em relação. E colocar as línguas em relação significa, nesse caso, fazer contato com as categorias de distribuição (materna, franca, nacional e oficial), por vezes evidenciando uma em detrimento de outra; no caso deste trabalho, pensamos na língua nacional e oficial se sobrepondo à língua materna dos imigrantes.

Com isso, pode-se pensar na Escola do período Vargas como um mecanismo responsável por promover e difundir a língua oficial e nacional do Brasil, o português, o que acaba por deflagar um processo de silenciamento das línguas dos imigrantes, os quais têm como sua língua materna línguas outras, oficiais nos seus países de

1 BRASIL. Decreto-Lei nº 406, de 1938. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De10406.htm. Acesso em nov. 2021.

origem, distintas do português (italiano, alemão, japonês, etc.). Assim, o espaço de enunciação, como espaço de funcionamento de línguas (GUIMARÃES, 2002, p. 18), pode ser tomado por político, pois há uma distribuição desigual da língua em relação com os falantes, que por vezes sabem apenas uma, mas se veem obrigados a aprender outra enquanto parte das relações com o território e o Estado onde vivem.

Voltando aos decretos, no ano seguinte, em 1939, Vargas determina o Decreto-Lei nº 1545², que trata “sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros”. Enquanto o decreto anterior se referia à entrada dos imigrantes no país, este focaliza os descendentes de estrangeiros que já se encontram aqui e a adaptação necessária a eles, que se dará “pelo ensino e pelo uso da língua nacional, pelo cultivo da história do Brasil, pela incorporação em associações de caráter patriótico e por todos os meios que possam contribuir para a formação de uma consciência comum”, assim como esclarece o seu artigo 1º.

Outros dois artigos interessantes a este trabalho são o 15 e o 16, que estipulam, respectivamente, ser “proibido o uso de línguas estrangeiras nas repartições públicas, no recinto das casernas e durante o serviço militar” e que, “sem prejuízo do exercício público e livre do culto, as prédicas religiosas deverão ser feitas na língua nacional”. Dessa forma, como esclarecem Sturza e Fiepke (2017, p. 124), “os imigrantes e os seus descendentes tiveram de se adaptar não somente ao trabalho e modo de vida do novo país, mas também à língua falada no Brasil”, e isso sob força da lei, que seria fiscalizada pelos órgãos competentes determinados por Vargas e, portanto, geraria punições a quem ousasse descumpri-la.

Diante dessas medidas, tem-se um posicionamento político e ideológico do Estado que objetivava a “‘nacionalização’ do ensino e, sob este pretexto, se exerceu estreita censura no âmbito linguístico e cultural assim como no do controle do conhecimento e da convivência social” (ORLANDI, 2005, p. 113). Nesse ínterim, observamos em funcionamento a noção de política de língua na forma de *unidade* (ORLANDI, 2013), uma vez que o Estado visa constituir um imaginário de mesma língua a todos os indivíduos habitantes no país, já que “a fala e a escrita em língua portuguesa tornaram-se sinônimas de identidade nacional, sendo que a não empregabilidade deste mesmo idioma, era visto como fator de exclusão e sérias

2 BRASIL. Decreto-Lei nº 1.545, de 1939. Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em nov. 2021.

medidas deveriam posteriormente ser empregas por órgãos públicos” (ROCHA, 2004, p. 3).

Assim, busca-se a naturalização do imigrante no Brasil por meio do silenciamento da língua por ele falada e, portanto, por meio da sua identidade, “com vistas à preservação do território e da ‘unidade nacional’” (ZANDWAIS, 2007, p. 256). Ou seja, sobre essa política linguística, Payer (2001, p. 238) argumenta que “regulamentam-se as condições de permanência do imigrante [...], levando-o a inscrever-se em posições discursivas que se coadunem à memória discursiva da nacionalidade”.

Daí, mais uma vez, entendermos que a valorização da língua nacional em detrimento de outras estrangeiras, também oficiais e gramaticalizadas, aponta para uma política que se sustenta na e pela noção que Orlandi (2013) descreve como *língua imaginária*, que produz o efeito de língua cristalizada, mecanizada, única. Dessa política resultaria mais um movimento político em prol da consolidação da língua portuguesa como língua oficial e nacional no Brasil, considerando-se a história da colonização e as línguas por aqui faladas, além do português.

Ao proibir o uso de outras línguas que não a portuguesa em território nacional, Vargas exerce uma política de silenciamento, impedindo os sujeitos de ocuparem determinados lugares de dizer, o qual é limitado àquele visto pelo Estado como adequado frente às ameaças que supostamente preocupam o país. Nesse sentido, a noção de política de silêncio de Orlandi (2007, p. 104), a partir da qual entendemos processos de censura ou ditatoriais como a “interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas”.

3.2. ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL)

A Academia Brasileira de Letras é uma instituição fundada em 20 de julho de 1897 na sala de redação da Revista Brasileira, inicialmente sob a presidência de Machado de Assis. A inspiração para sua constituição provém da Academia Francesa, desde o número de acadêmicos (40 ao total, e inicialmente todos homens) até os objetivos políticos e culturais, os quais mostravam-se alinhados ao projeto da jovem República que há poucos anos (em 1889) havia sido proclamada.

A ABL foi instituída com o objetivo de promover “a cultura da língua e da literatura nacional” (conforme artigo primeiro do seu Estatuto³), além de auxiliar na construção de uma identidade nacional. Compreender a sua função como necessária à consolidação dessa identidade nacional pela língua e pela literatura no país torna a Academia um órgão importante para nosso estudo, posto também que a abrangência dos seus membros e das suas atividades alcançam esferas federais e possuem valor simbólico na tomada de decisões políticas, como as que significam enquanto políticas de língua.

Em princípio, entende-se a ABL como uma instituição voltada para discussões culturais, em especial literárias, a fim de compreender e interpretar o Brasil por meio de sua arte, a qual será determinada a partir da “institucionalização da Academia Brasileira de Letras e de uma literatura representativa de seu ideário estético” (SILVA, 2007, p. 70). Para tanto, diversos artistas consagrados da época assumiram as primeiras ocupações das 40 cadeiras, e a outros 40 grandes literatos dedicaram a patronagem de cada assento. Com isso, estabelece-se, ao nosso ver, um imaginário de cânones, de obras e autores de referência que participam do processo de construção do imaginário nacional, como que num gesto de interpretar e orientar a cultura da nação a partir da coletividade participante da Academia.

Além disso, a literatura importa para nossa pesquisa por entendermos que ela desenvolve nos sujeitos a compreensão de sentidos outros que, por se discursivarem em outras condições, permitem ampliar a noção do mundo e visualizar que movimentos são constitutivos daquele que escreve e daquele que lê, uma vez que a identificação com o texto literário lido também é um processo que qualifica o sujeito para se significar ao significar o outro.

Do ponto de vista linguístico, a literatura se apresenta como desenvolvimento de artifícios que promovam efeitos de sentido diversos, pois é também por ela que os escritores podem explorar os limites do significado e do significante na construção de uma representação. Além disso, o que é representado por essa arte é determinado pela significação dos sujeitos e de seus imaginários e ideologias, os quais, quando da ordem do nacional e da cultura, representam o imaginário de nacionalidade pela língua.

3 Estatuto da Academia Brasileira de Letras. 1897. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academia/estatuto>. Acesso em dez. 2022.

Nesse sentido, é importante destacar que a arte, em especial a literatura, exerce grande papel para o ideal de nação e nacionalidade. Isso se deve em razão das múltiplas facetas que envolvem o trabalho literário, desde a identificação com o sujeito-autor da obra até a representação de mundo criada pelo texto. Assim, pessoas, lugares e tempos são revisitados por essa arte, o que possibilita a promoção do imaginário que o artista possui sobre a nação.

Vinculando a arte ao contingente acadêmico da ABL, compreende-se que não há uma identificação qualquer, mas sim o encontro da literatura que se pretende representação da mais significava produção literária e cultural nacional com sujeitos homens, em sua maioria brancos e de classe média-alta, ditos pela ABL “imortais”, portanto, inesquecíveis, naturalizados, vivos para sempre na memória e na história das letras e da língua portuguesa no Brasil.

O imaginário de imortalidade, concedido àqueles que integram a Academia, inscreve esses escritores em um espaço que se pretende eterno e, portanto, permanente de sentidos. Dessa forma, morre o ser, mas não se finda a sua identidade como influente no meio literário, político e social, mesmo que a obra escrita pereça no esquecimento. Assim, imortalizar significar se inscrever na memória de maneira irreversível, mantendo constante a valorização do sujeito e o seu prestígio.

Mas nem todos têm direito à eternidade pressuposta pelo vínculo à Academia. Durante os trâmites de sua fundação e ao longo das primeiras décadas de existência, a ABL se deparou com certos impasses em relação à escolha dos seus imortais. Muito se deu em razão da falta de grandes nomes literários no cenário nacional, uma vez que a baixa propagação da literatura e o nível de exigência requeridos não encontravam candidatos à altura do esperado (SOUSA, s.d.). Dessa maneira, abriu-se espaço para que outros nomes de significativo valor cultural e importância na sua área de atuação assumissem lugar na Academia; criou-se, assim, o *critério dos expoentes*.

Sob a anuência dessa medida, nomes mais políticos puderam ocupar um assento, desde que comprovada uma produção literária relevante (conforme artigo 2º do Estatuto da Academia⁴), confirmando um “vínculo com o *establishment* político-

4 “Art. 2º - Só podem ser membros efetivos da Academia os brasileiros que tenham, em qualquer dos gêneros de literatura, publicado obras de reconhecido mérito ou, fora desses gêneros, livro de valor literário. As mesmas condições, menos a de nacionalidade, exigem-se para os membros correspondentes.” (Estatuto da Academia Brasileira de Letras. 1897. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academia/estatuto>. Acesso em dez. 2022.)

administrativo da República” (SILVA, 2007, p. 72). Os critérios precisos de seleção apresentam-se difusos, mas é possível conceber certa tendência a nomes de maior influência política e governamental, tais como o de Getúlio Vargas.

Lopes (2007, p. 137) esclarece que, “para a entrada de Vargas na Academia, até mesmo os intocáveis e sagrados estatutos da instituição foram modificados para dar conta da controversa eleição”. Com isso, a escolha do então presidente da República em exercício desvela o caráter político da Academia, ainda mais se for considerada não só a ampla aprovação da escolha dentre os imortais, como também publicação da obra em 11 volumes “A Nova Política do Brasil”, lançada em 1941, ano da eleição de Vargas para a ABL, o que o incluiria no critério apresentado pelo Artigo 2º do Estatuto da Academia.

Além disso, destacam-se algumas ideias apresentadas por Ataulfo de Paiva, acadêmico responsável pelo discurso de recepção de Getúlio Vargas na ABL⁵, o qual descreve algumas medidas tomadas pelo então presidente em favor da Academia, tais como o “decreto presidencial mandando fosse de culto nacional o dia do centenário do nosso patrono” (1943, p. 2), ou seja, a instituição da celebração de 100 anos de Machado de Assis. Mais adiante, Paiva (1943, p. 2) mencionará que Vargas transferiu “graciosamente à Academia o domínio útil, diga-se, a plena propriedade do terreno em que está construída”.

Dessa forma, não apenas a suposta relevância intelectual e literária de Getúlio o levou à cadeira entre os imortais, mas também se torna visível o favorecimento que o referido presidente possuía em razão da ABL, instituição que, por necessidade, mantém-se atrelada a movimentações políticas que possam favorecê-la, associando-se, assim, a “nomes ligados não apenas à oficialidade literária, mas sobretudo à oficialidade burocrática nacional e à sociabilidade burguesa” (SILVA, 2007, p. 73).

Dentro desse contexto, Vargas foi eleito para a ABL em 7 de agosto de 1941, mas tomou posse somente em 29 de dezembro de 1943, tornando-se o terceiro ocupante da Cadeira 37. Ele assumiu essa posição enquanto ainda era governante do Brasil, e, com isso, tornou-se o único presidente a ocupar uma vaga na Academia concomitante ao exercício da chefia do poder Executivo. Hoje, outros dois ex-presidentes também integram a ABL: José Sarney e Fernando Henrique Cardoso,

5 PAIVA, Ataulfo de. Discurso de recepção a Getúlio Vargas. Academia Brasileira de Letras, 1943. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/getulio-vargas/discurso-de-recepcao>. Acesso em set. 2021.

porém aquele foi eleito para a instituição 5 anos antes da presidência, enquanto este tornou-se membro 10 anos depois do mandato presidencial.

3.3. DISCURSO DE POSSE DE GETÚLIO VARGAS

Em 29 de dezembro de 1943, Getúlio Vargas tomou posse na Academia Brasileira de Letras e realizou a leitura do seu discurso de posse, o nosso objeto de estudo neste trabalho. De modo geral, vislumbrou agradecer a eleição e revisitar discursos já proferidos por outros acadêmicos, especialmente o patrono da cadeira 37, Tomás Antônio Gonzaga, e o seu antecessor no assento, Alcântara Machado.

Ao iniciar o discurso, Vargas relembra alguns acadêmicos que também possuíram cargos públicos, inclusive como ministros de seu governo. Adiante, explora a atividade intelectual e literária ao distinguir os artistas dos trabalhadores em geral no que se refere à visão de mundo que cada um desenvolve. Também reflete sobre as funções públicas dos imortais, que por vezes não são literatos de renome, mas sim expoentes de suas próprias áreas, caracterizando como “multiformes” os valores da inteligência.

Quando remonta à história da cadeira 37, dialoga com a poesia do patrono Tomás Antônio Gonzaga, mas destaca essencialmente sua atuação política, pela qual é lembrado e devotado enquanto literato de renome. O mesmo acontece com o primeiro ocupante da cadeira, o filólogo Silva Ramos, sobre o qual Vargas irá discorrer sobre a relação com Portugal. Essa abordagem permeará o discurso como um todo, pois Vargas constantemente associará a posição de prestígio dos acadêmicos não apenas pela contribuição literária, mas principalmente pela associação política.

Menciona também seu antecessor, Alcântara Machado, a quem longamente dedicará sua atenção no decorrer de quatro páginas. Nelas, apresenta algumas ideias com as quais compactua e defende, em especial, aquelas relacionadas à imigração, além de realizar breve biografia de Machado e descrição do contato que com ele teve.

Por fim, Vargas destaca o papel social da ABL enquanto uma instituição cujos membros são expoentes da compreensão e inteligência brasileiras. Diante disso, destaca o progresso em relação ao projeto de emancipação política e cultural da Academia, o qual necessita ser empenhado por “intelectuais e homens de pensamento” (VARGAS, 1943), grupo que possuiria representantes dentre os imortais membros.

4. DESCREVENDO A METODOLOGIA

Visando estabelecer a relação entre as políticas de língua de Vargas e o seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, torna-se necessário articular a metodologia de análise, a qual se fundamenta nos preceitos teóricos da Análise de Discurso. O *corpus* do trabalho constitui-se de onze recortes (doravante R) do objeto principal - o discurso de posse de Getúlio Vargas na Academia Brasileira de Letras -, divididos em três blocos de análise (R1, R2 e R3), destacados em razão da discursivização de ideias relativas ao nosso estudo.

Para a seleção desses recortes, observamos no discurso três regularidades que são importantes para a análise proposta neste trabalho: as compreensões sobre a ABL e seus ocupantes; a visão acerca dos imigrantes e sua influência no imaginário de nacionalidade; e a perspectiva relacionada ao imaginário de nação.

Partimos dessa subdivisão por identificar que Vargas atribui sentidos à língua compreendendo-a no seu papel político, por isso associá-la a uma instituição como a ABL, que se apresenta também de maneira política. Além disso, a visão sobre os imigrantes é decisiva para pensarmos o discurso de posse de Vargas de forma articulada às leis que interferem diretamente na relação desses sujeitos com o país. Ainda, como o foco do nosso trabalho recai no imaginário de nacionalidade, compreender o posicionamento do então presidente sobre os movimentos de sentido propostos nos evidencia a sua relação com as políticas de língua adotadas, as quais colocam em perspectiva o papel que o Estado ocupa no discurso em análise, o que corrobora o imaginário de nação e de imigrante.

Diante dessa elaboração do *corpus* de análise, este trabalho se encaminhará para a reflexão acerca do imaginário de nacionalidade e do ideal de nação promovidos pelas políticas de língua de Vargas em relação ao seu discurso de posse, movimentos que representam discursos que atualizam a memória discursiva, pensando-a como interdiscurso, o já-dito que fala antes e permite que palavras façam sentido por outras palavras, em outros discursos, em outras condições de produção, por outras posições-sujeito, uma vez que “as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam” (ORLANDI, 2015, p. 40). Nesse sentido, a atualização da memória se compreende seja por meio da paráfrase, que representa “o retorno aos mesmos espaços do dizer” e no qual “produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado”, seja por meio da polissemia, que trabalha com o deslocamento, o

equivoco, e é “justamente a simultaneidade de movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico” (ORLANDI, 2015, p. 34-36).

5. PARTINDO PARA A ANÁLISE

5.1. SOBRE A ABL, OS SEUS OCUPANTES E A LÍNGUA

Para a análise deste primeiro bloco, seguimos o quadro a seguir:

Quadro 1 – Recortes acerca das noções sobre a língua e o papel da ABL e seus ocupantes

ABL E LÍNGUA	
R1.1	“Foi com essa visão global das responsabilidades acadêmicas que aceitei um lugar na vossa ilustre Companhia, honrado com a escolha, que considero homenagem excepcional, e disposto a trabalhar convosco pela afirmação da nossa cultura, interessando-a na solução dos grandes problemas da Nacionalidade. ”
R1.2	Sobre Tomás Antonio Gonzaga: “Não foi, por consequência, essa literatura de amores infelizes, tão comum em tantos autores da época, o que elevou a herói o patrono desta Cadeira. A projeção excepcional da personalidade do cantor de Marília resultou da sua atuação política. [...] Tomás Antônio Gonzaga legou-nos, ultrapassando a sua vocação lírica, a ascendência de uma vocação política sacrificada pela emancipação do Brasil ”
R1.3	“[...] uma Cadeira que parece fadada a recolher os que, noutros tempos e por outros caminhos, se devotam ao engrandecimento da Nação, decididos a servi-la sem medir esforços.”
R1.4	“A existência de instituições como a nossa não encontraria justificação plausível no conjunto das atividades sociais se limitássemos a sua esfera de ação à tarefa de selecionar e consagrar, dentro das fronteiras do país, as glórias literárias. ”

Fonte: Autores, 2023 (grifos nossos).

Para se iniciar o movimento analítico, tomemos o primeiro recorte (R1.1), pelo qual Vargas se dirige diretamente aos seus então colegas acadêmicos, os demais imortais da ABL. Ao enaltecer as responsabilidades intelectuais da Academia, ele

afirma estar “disposto a trabalhar convosco pela afirmação da nossa cultura”, ao passo que compreende ser esse um dos papéis fundamentais da instituição, enquanto também se coloca como sujeito pertencente àquele lugar.

Nesse momento, o vocábulo “afirmação” provoca um efeito de sentido de confirmação, de caracterização adequada e permanente ao termo subordinado “da nossa cultura”, como se buscasse determinar qual é a cultura brasileira e de que maneiras ela se estabelece. Assim, enquanto ocupa a posição-sujeito presidente da República, Vargas possui poder para decretar e normatizar certas medidas; já na posição-sujeito acadêmico da ABL ele não mais recebe essa atribuição, porém o seu discurso atualiza, parafraseia a posição que ocupa ao dizer sobre sua capacidade de “afirmar” a cultura, ou seja, de decretar que há uma afirmação possível e adequada a ser feita em relação ao que é brasileiro.

Adiante, alega que essa “nossa cultura” interessa “na solução dos grandes problemas da Nacionalidade” (com letra maiúscula). Em princípio, surge o questionamento: que problemas? A resposta a essa dúvida não está diretamente expressa no R1.1, mas pode ser encontrada em momento posterior do discurso de Vargas, o qual está destacado no R2.3 (“[...] *se apresenta, nos nossos dias, imperioso e contingente, o **problema da incorporação dos imigrantes aos núcleos da população nacional***”). Com isso, na referida finalização de R1.1, abre-se espaço para que os sentidos sejam significados pelo já-dito, por aquilo que foi falado antes e que reverbera ao se mencionar a “Nacionalidade” como foco, apesar de, neste momento, ainda haver uma lacuna, um espaço que não está pleno de sentido.

Ao falar em nação, o discurso de Vargas atualiza a memória do dizer para que um sentido anterior venha à tona. Nisso, pode-se entender o projeto nacionalizante de seu governo, que visou a construção de “um novo imaginário de sociedade civil”, fundamentado na “formação de uma ‘consciência nacional’” (ZANDWAIS, 2007), a qual perpassa pelas esferas institucionais, tais como a ABL, o que pode esclarecer que imaginário o discurso de Vargas mobiliza a fim de expor os “problemas da Nacionalidade”.

Partindo para o segundo recorte (R1.2), temos a reflexão sobre a importância do patrono da cadeira 37, Tomás Antonio Gonzaga, em relação ao seu valor não apenas como literato, mas principalmente pela “atuação política” que o projetou no cenário nacional. Essa “atuação” gera um efeito de sentido que pode ser recuperado pela memória discursiva, sobre o que já foi dito sobre Gonzaga em outro lugar; no

caso, referindo-se à sua participação na Inconfidência Mineira, movimento de independência de Minas Gerais. Diante disso, o papel do sujeito acadêmico se estabelece em relação não à utilização literária da língua, mas à ocupação política determinante para a construção de um ideal nacionalista, o qual está presente na resistência do povo mineiro durante a Inconfidência.

Um pouco adiante no discurso, há a menção do legado de Gonzaga pela “ascendência de uma vocação política sacrificada pela emancipação do Brasil”. Nesse recorte, compreendemos uma reiteração da ideia anterior sobre o acadêmico, principalmente se notarmos que Gonzaga é referido pela vocação política em detrimento da “vocação lírica”. Dessa maneira, a posição que esse imortal ocupa não se expressa na qualidade da produção literária, mas novamente pela propulsão política. Além disso, o dizer sobre essa vocação a coloca como “sacrificada pela emancipação do Brasil”, e através de “sacrifício” temos um efeito de sentido que mostra a importância da atuação, uma vez que, ao se sacrificar, doa-se a vida, e por “vida” entende-se todo o valor que a ela é dado, importando determiná-la a partir de um certo papel, no caso, o de político inconfidente. O dizer seguinte, “pela emancipação do Brasil”, faz retomar sentidos anteriores sobre os movimentos de resistência ao domínio de regiões do país, atualizando a memória discursiva por um não-dito que remete à Inconfidência através da sua validade na construção do imaginário de Estado emancipado.

Ao significar Gonzaga pelo seu dizer sobre a emancipação, Vargas expressa o que toma por imaginário de acadêmico representante de dignidade política, reduzindo o seu papel no campo literário. Dizendo sobre a “vocação política”, o presidente produz o efeito de apagamento da “vocação lírica” na sua relação com a posição na ABL, produzindo sentidos a partir não do desenvolvimento da língua escrita na construção do simbólico da Academia, mas do exercício político através do movimento emancipatório da Inconfidência Mineira. É por não falar das Letras que Vargas também identifica e caracteriza a posição que ocupa, determinando-a ao seu papel político significado por seus demais ocupantes.

Adiante, no terceiro recorte (R1.3), tem-se a exaltação dos antecessores de Vargas na cadeira 37 no geral, os quais, segundo ele, se “devotam ao engrandecimento da Nação”. Novamente, a questão do imaginário nacional retoma sentidos já apresentados no discurso, uma vez que o conceito de “nação” que o permeia está vinculado à *unidade*, à concretização de um mesmo núcleo civilizatório.

E é para o fortalecimento dessa sociedade que os ocupantes da cadeira de Vargas na ABL se dedicam, especialmente aqueles mencionados por ele: Tomás Antônio Gonzaga e Alcântara Machado.

Com isso, Vargas busca legitimar a sua posição na Academia, louvando a Cadeira e a si próprio ao refletir que ela seria fadada àqueles que se preocupam com a exaltação da Nação também “noutros tempos e por outros caminhos”. Dessa forma, ele se posiciona em relação a um imaginário de defensor e promotor da pátria, aquele que incansavelmente busca maneiras de construir, à sua visão, um país, justificando, assim, medidas talvez impopulares que possa ter tomado “sem medir esforços”, posto que o seu objetivo é mais honroso que os meios para sua obtenção. Ao fazer isso, o presidente também silencia sua pouca relevância literária, caracterizada pela única publicação que tem (os volumes de “A Nova Política no Brasil”), e que sequer é mencionada no discurso.

Por fim, no quarto recorte deste bloco de análise (R1.4), Vargas se volta especificamente para a ABL como uma instituição, compreendendo-a dentro de um conjunto de outras instituições voltadas a “atividades sociais”. A Academia, nesse papel, não deveria se limitar a sua “esfera de ação” somente em relação às “glórias literárias”, dizer este do presidente que provoca um efeito de sentido relacionado ao destaque sobre os autores citados anteriormente (Gonzaga e Machado), reduzindo o papel literário em detrimento da atuação política. Dessa forma, não só os acadêmicos, mas também a ABL como instituição servem ao Brasil como entidades políticas e de valor nacional, uma vez que se inserem “dentro das fronteiras do país”, revelando uma “busca pelo poder da influência intelectual em detrimento à ideia de consolidar e imortalizar a literatura brasileira de qualidade e seus importantes escritores como memória cultural de uma nação” (CASTELLO; MEDEIROS; ALMEIDA, 2020, p. 131).

Neste bloco de análise, pudemos evidenciar a visão de Vargas sobre a Academia Brasileira de Letras e os seus ocupantes. Diante dessa perspectiva, o valor de língua por ele mobilizado aparece não pela menção, mas pela negação, através do apagamento do seu valor na ABL. Além disso, também posiciona essa língua em relação à sua função na constituição da influência política, determinando os sujeitos que, com suas práticas políticas, que transcendem a literariedade, ocupam cadeira na instituição, os quais, apesar da produção literária, têm seus papéis reconhecidos pela atuação política e social. Sendo assim, o imaginário de língua idealizado na Academia e pelos acadêmicos é significado na relação com o político e não com a arte

linguística, da língua e das letras, efeito de sentido esse que se mostrará constante nos dizeres de Vargas.

5.2. SOBRE OS IMIGRANTES E A NACIONALIDADE

Quadro 2 – Recortes acerca dos imigrantes e nacionalidade

IMIGRANTES E NACIONALIDADE	
R2.1	Citando Alcântara Machado: “Por mais que se digam, e mesmo que sinceramente se esforcem por ser brasileiros, não o são, nem podem sê-los, os recém-chegados. ”
R2.2	Ainda citando Machado: “Contra essa eventualidade, tornada mais temerária hoje em dia pelas tendências dominantes em certos países, que convertem cada emigrado em instrumento de expansão imperialista , urge que mobilizemos todas as energias.”
R2.3	“[...] se apresenta, nos nossos dias, imperioso e contingente, o problema da incorporação dos imigrantes aos núcleos da população nacional. ”
R2.4	“A atualidade, com os tremendos ensinamentos da guerra, está a indicar o único caminho possível: apressarmos, por todos os meios, a transformação dos adventícios em autênticos e bons brasileiros. ”

Fonte: Autores, 2023 (grifos nossos).

No primeiro recorte deste bloco (R2.1), Vargas recupera dizeres de Alcântara Machado e, a partir deles, expõe o que também pensa sobre os imigrantes (“recém-chegados), os quais “mesmo que sinceramente se esforcem por ser brasileiros, não o são, nem podem sê-los”, ou seja, apesar de buscarem o reconhecimento dentro da sua nova nação, nunca serão verdadeiros brasileiros, por estrangeiros serem. Dessa forma, o imaginário de brasileiro significa na medida em que se relaciona com os que nascem neste país e por ele podem ser identificados, não com aqueles que aqui chegam, vindo de país estrangeiros.

Por meio dessa retomada de dizer de Machado, Vargas expressamente atualiza a memória discursiva pondo o já-dito em evidência e afirmando seu posicionamento sobre o tema. Não compreender os estrangeiros como brasileiros, apesar do esforço que possam empenhar, significa restringi-los de uma identidade

que possibilitaria a apropriação de sentidos de pertencimento à pátria que agora tomam como lar.

No segundo recorte (R2.2), mantém a citação de Machado, mencionando as “tendências dominantes em certos países, que convertem cada emigrado em instrumento de expansão imperialista”, ou seja, nações cujos habitantes ocupam a posição de imigrantes em outros países para promoverem a expansão imperialista. Nesse sentido, o estrangeiro imigrante é visto como uma ameaça que pode comprometer a integridade da nação para a qual emigram, comprometimento esse que poderia influenciar também na manifestação linguística desse povo, como forma de determinar sua identidade estrangeira.

Para tanto, torna-se necessária a mobilização de “todas as energias”, empenho esse que não é explicitado pelo dizer de Machado. Payer (2001, p. 237), mencionando o gramático João Ribeiro, cita o “grande fluxo imigratório, alertando sobre a possível influência dessas línguas nos rumos do português no Brasil, caso a isto não viessem a se interpor forças contrárias”. Dessa forma, toma-se a língua no seu funcionamento social e político, posto também em relação à dinâmica de diferentes falares entre povos, atribuindo a esse movimento o valor de *dominação* do outro em função da busca pela *unidade*, que representaria um alerta ao país que recebe esses imigrantes, sobre o qual urge o desenvolvimento de atitudes que protegeriam o país no seu imaginário de nação.

No terceiro recorte (R2.3), há uma provável resposta à questão aberta no R1.1 sobre “os grandes problemas na Nacionalidade”, que seriam representados pelo “problema da incorporação dos imigrantes aos núcleos da população nacional”. Esse dizer, ao mencionar os imigrantes como sujeitos a serem “incorporados” à população, produz um efeito de sentido que os toma como um empecilho no que diz respeito à adaptação em território nacional. Com isso, pode-se recuperar o Decreto-Lei nº 1545, que “dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros”, com os vocábulos *adaptação* e *incorporação* funcionando como movimento parafrástico de repetição, em que há um dizer expresso em outro lugar, na força da lei, de política institucional, e um na forma de discurso sobre, de referência a uma situação apresentada.

Vargas assume, nesses dois dizeres, uma posição-sujeito diferente. Enquanto em uma ocupa a responsabilidade de ser o presidente do país, detentor de poder legislador, em outra manifesta o institucional de acadêmico, que está no meio de

outros que, como já mencionou, visam o “engrandecimento da nação”. Ao significar em dois lugares diferentes, significaria também diferentemente; contudo, inscreve-se na repetição, pela recuperação de uma memória do que já foi dito e instituído por ele próprio em outra posição. Assim, ressoa no discurso de posse o que significou anteriormente nos seus decretos, atualizando o sentido sem adulterá-lo, mas sim repetindo-o. Dessa forma, as condições de produção indicariam diferentes modos de significar, mas a posição-sujeito presidente ocupa ambos os espaços.

No quarto e último recorte deste bloco (R2.4), Vargas faz menção à guerra (no caso, a Segunda Guerra Mundial) e os seus “tremendos ensinamentos”, que mostrariam a urgência da “transformação dos adventícios em autênticos e bons brasileiros”. O imaginário de imigrante nesse dizer é atualizado por considerá-los como “adventícios”, aqueles que vêm a este país, os estrangeiros, e que precisam ser não mais incorporados ou adaptados, antes *transformados* em brasileiros; e não qualquer brasileiro, mas sim um “autêntico e bom”.

Na sua forma de dizer, ocupando a posição-sujeito de acadêmico da ABL, Vargas novamente ressignifica um já-dito sobre imigrantes, mas sem deslocá-lo do imaginário que possuía anteriormente na razão de seus Decretos-Leis. Aqui, ele o retoma para falar de um lugar de influência na comunidade literária - que o próprio já identificou a partir da atuação política-; ou seja, na ABL não ocupa uma posição-sujeito literato, mas mantém sua posição enquanto governante político detentor de poder de mudança, o que pode ser demonstrado ao dizer ser necessário “apressarmos, por todos os meios”, algo – no caso, a relação do imigrante com o território nacional –, apontando para uma atribuição de atitude que possui perante a sociedade, como chefe de Estado, e provocando um efeito de sentido de coletividade no uso da primeira pessoa do plural (nós).

Diante desse recorte do discurso de posse, compreendemos a motivação de Vargas ao adotar políticas como os Decretos-Leis nº 406 e nº 1545, políticas de língua que visavam, sobretudo, a interdição das línguas dos imigrantes em prol do imaginário de nação que se buscava constituir. Essas políticas, por silenciarem as línguas desses sujeitos em detrimento da língua portuguesa, regulamentam “as condições de permanência do imigrante estrangeiro no interior da Nação brasileira, levando-a a inscrever-se em posições discursivas que se coadunem à memória discursiva da nacionalidade” (PAYER, 2001, p 238). Dessa forma, os sujeitos que advêm de países estrangeiros (“adventícios”) são posicionados em relação ao imaginário nacional que

Vargas mobiliza e registra tanto na forma jurídica da lei quanto no seu dizer do discurso de posse. São duas posições-sujeito significando em relação e ressoando o mesmo ideal, inscrevendo-se no repetível a respeito do sujeito imigrante, tomando a língua na sua forma política, histórica e social, como meio de comunicação e, principalmente, identificação do sujeito como aquele que faz ou não parte de uma nação.

Com isso, Vargas expõe a visão protecionista que possui acerca do país, significando, também, os imigrantes, sujeitos que foram recebidos pelo país com censura e silenciamento de suas línguas. Dessa forma, torna-se mais claro que esse povo “foi severamente repreendido pelo uso da língua estrangeira, num momento em que a política interna favorecia o abasileiramento do imigrante, numa perspectiva nacionalista” (ROCHA, 2004, p. 2).

5.3. SOBRE A NAÇÃO

Quadro 3 – Recortes acerca de nação

NAÇÃO	
R3.1	“Encerra essa afirmação todo um programa de atuação construtiva e nacionalizadora . A Academia, preciso é reconhecer, já começou a executá-lo desde o momento em que abriu as portas da imortalidade aos representantes da inteligência brasileira vindos dos diversos quadrantes geográficos e considerados expoentes legítimos.”
R3.2	“O Brasil realizou a sua emancipação política , constrói agora a sua emancipação econômica e inicia, finalmente, a sua emancipação cultural .”
R3.3	“A Academia Brasileira de Letras não reúne a todos, mas dispõe de meios para congregá-los, oferecendo o exemplo dos seus ilustres membros, que não se recusarão a consagrar a tão alta empresa o que melhor possuem como expressão de inteligência, de generosidade, de fé patriótica .”

Fonte: Autores, 2023 (grifos nossos).

No primeiro recorte do terceiro e último bloco de análise (R3.1), temos o encaminhamento para o final do discurso de posse de Vargas, no qual ele se refere a um dizer anterior sobre Alcântara Machado e a ABL, afirmando que isso encerra “todo

um programa de atuação construtiva e nacionalizadora”. Ao se situar dessa forma em relação à Academia, ele a posiciona como uma instituição que agiria em prol de construção e nacionalização, ressoando um imaginário de nação que se estabeleceria pelo papel das entidades competentes, as quais se expressam pelo sentido que Vargas toma ao dizer, em outro momento, que a Academia representa o que de melhor se pode produzir em termos culturais e sociais.

Diante disso, o então acadêmico da ABL, em um movimento que reforça sua posição dentro da instituição, identifica que ela já iniciou a execução do programa mencionado anteriormente ao abrir “as portas da imortalidade aos representantes da inteligência brasileira”, os quais não possuem validação em termos de produção literária, mas constituem “expoentes legítimos” e dignos de uma cadeira na Academia (pelo “critério dos expoentes”). Além disso, dizer sobre a “inteligência brasileira” classifica os imortais da Academia como sujeitos que simbolizam o imaginário de sabedoria nacional, os quais, além de imortais, não são *quaisquer* sujeitos, demarcando, assim, o espaço de prestígio da instituição. Nessa posição, Vargas serve de exemplo e de orador de uma identidade acadêmica voltada aos que se tornaram sujeitos-acadêmicos por outras vias que não a da exploração da língua por meio da literatura. Ou seja, são reconhecidos não pela atuação literária, mas pela atuação política e social.

Esse recorte retoma um já-dito do presidente sobre os anteriores ocupantes da cadeira 37, os quais valorou pela atividade política em detrimento da propulsão literária. Com isso, a língua é pormenorizada novamente em seu papel de significar os sujeitos enquanto sujeitos políticos, de lei, e não escritores envolvidos no papel artístico. A memória atualizada aqui encerra o discurso de Vargas retomando um outro dizer localizado no início de sua fala, constituindo um ciclo de sentidos da ordem do repetível, do parafrástico na própria discursividade da posse.

No segundo recorte (R3.2), argumenta-se que o Brasil “realizou a sua emancipação política [...] e inicia, finalmente, a sua emancipação cultural”. Uma palavra se destaca nesse dizer, “emancipação”, vocábulo que provoca um efeito de sentido de integridade, de tomada de posição por si, de aptidão individual. Tal palavra exploramos também em razão do recorte R1.2, que dizia respeito à emancipação do país defendida por Tomás Antonio Gonzaga. Pela construção do discurso em R3.2, compreende-se o Brasil como um elemento que estaria emancipado politicamente, o que nos conduz à ideia de que o país já poderia se apresentar com *unidade*, pela

capacidade de ser um espaço político já significativo do imaginário de nação, de um lugar representativo dos sentidos que se atribui à nacionalidade, à pátria.

Além da emancipação política, Vargas menciona que se inicia a “emancipação cultural” do país. Esse dizer recupera sentidos sobre a constituição da cultura brasileira em detrimento da literatura portuguesa, através também da produção de conhecimento linguístico independente, tais como gramáticas e dicionários, que, mesmo sendo de língua *portuguesa*, constituem-se na República do Brasil. Nesse sentido, o discurso de Vargas produz um efeito de valorização da ABL como veículo de promoção e difusão cultural. Assim, emancipar-se culturalmente significaria ser autossuficiente na sua relação como agente propagador do imaginário de nação pelo viés da arte e das letras (elemento cultural). Ademais, se pensarmos a língua como instrumento importante no desenvolvimento da cultura e da arte de um país, poderíamos relacionar esse dizer de Vargas em uma memória que discursivize o papel da língua nas instituições representativas da identidade cultural do país, como a ABL, sobre a qual validaríamos um determinado funcionamento de língua em detrimento de outros, configurando a “emancipação cultural”, a tomada por si da cultura pela forma da língua *emancipada*.

No terceiro e último recorte do bloco (R3.3), Vargas encerra o discurso de posse se referindo à Academia ao mencionar que os seus membros consagrariam “a tão alta empresa” aquilo que melhor possuem como expressão “de fé patriótica”. O discurso termina com uma palavra importante, retomada em todo o texto e que ressoa em cada sentido atribuído por Vargas: pátria. Esse vocábulo gera um efeito de sentido semelhante a “nação” e “nacional” - apresentados anteriormente em nossa análise -, e ao fazê-lo propõe aquilo que mais importa ao novo acadêmico que discursa: o imaginário de nacionalidade.

A ideia de “fé patriótica” retoma já-ditos inscritos também em um lugar religioso, tomando a pátria em dimensão transcendental, que significaria como um espírito atribuído aos sujeitos que nela se identificam e que, portanto, devem propagar a fé, a *religiosidade nacional*. Ao dizer isso no lugar e no momento em que diz, Vargas estabelece na Academia não apenas uma identidade de instituição pouco literária e muito política que já significou, mas também de templo de difusão do ideal patriótico e de identificação do/com o país.

6. CONCLUINDO

A partir do nosso movimento analítico, é possível compreender alguns sentidos da relação entre os Decretos-Leis de Getúlio Vargas e o seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. Inicialmente, a Academia, ao eleger com quase unanimidade o presidente do governo do Estado Novo para ser um imortal, também se inscreve nesse movimento apresentado pelo projeto nacional de Vargas, reforçando as políticas de língua por ele promulgadas e ressignificadas no discurso, firmando, assim, um papel político e ideológico que ultrapassa o mérito literário.

Além disso, o sujeito-presidente se identifica e torna-se legítimo na posição ocupada na ABL não pela sua história literária, que é quase nula, mas por ser um “expoente” da inteligência política, colocando-se como relevante e destinado à cadeira 37 da instituição. Vargas reforça essa legitimidade em seu discurso ao mencionar os seus antecessores, Tomás Antonio Gonzaga e Alcântara Machado, que, mesmo sendo literatos de renome, para ele importam mais pela significação política e social, atributo com o qual se identifica e mostra importância. Dessa forma, o valor da Academia como instituição de cultura e valorização da língua se apaga no discurso de posse analisado; portanto, a Academia Brasileira de Letras, pelos sentidos que Vargas atribui a ela, importa mais por ser *brasileira* do que por ser *de Letras*.

Ao identificar os “problemas da nacionalidade” em seu discurso, Vargas também reinscreve no dizer a dificuldade da “incorporação dos imigrantes” e da “transformação dos adventícios”. Ambos trechos se apresentam inscritos em um mesmo já-dito e atualizados de formas distintas pelo movimento da memória, significando de maneira semelhante em relação ao imaginário sobre o imigrante e ao problema que ele representa para a constituição e promoção do ideal de nação. Assim, o então presidente ressoa, atualiza no discurso os mesmos sentidos produzidos a partir dos Decretos-Leis analisados, significando em outra posição a mesma ideologia responsável pelo silenciamento de línguas estrangeiras na forma jurídica da lei.

Esse silenciamento se apresenta no discurso de posse também pelo apagamento da valorização da literatura e da diversidade linguística. Essa diversidade já havia sido negada pelas políticas de língua instituídas por Vargas em seu governo, as quais são ressignificadas na posse na ABL por estarem inscritas na mesma memória do dizer que produz o apagamento também do valor literário da instituição,

a qual é identificada pela atuação política, movimento já demonstrado em nossa análise.

Com isso, Getúlio Vargas assume a posição-sujeito presidente e a posição-sujeito acadêmico da ABL significando-as como se fossem uma só, não havendo deslocamento de sentido, mas repetição. Apesar do espaço ocupado por ele ser distinto, o sujeito mantém o seu mesmo imaginário de nação e de nacionalidade, além de se posicionar, em ambos os lugares, como detentor de poder institucional e político, capaz de promover mudanças conforme o projeto defendido. Isso se comprova na significação dos dizeres sobre os sujeitos imigrantes e também sobre o papel político dos imortais – que representam a Academia -, ambos determinados a partir da posição de governante, não de literato, desvalorizando a língua e a literatura em detrimento da defesa da nacionalidade e do seu imaginário político.

O ideal de nação significado no discurso de posse é, portanto, representativo do imaginário de nacionalidade que Vargas mobiliza também nos seus Decretos-Leis: um país cuja ideia de unidade importa para constituir a identidade de um povo, a qual é expressa também pela língua utilizada, a língua portuguesa, defendida em detrimento das línguas estrangeiras. Além disso, a proteção dessa nação se dá em razão da preservação do território nacional, atitude que perpassa também pela restrição aos imigrantes e às suas línguas, vistas como ameaça por Vargas.

Por fim, o discurso de posse analisado no nosso trabalho representa a atualização de uma memória discursiva na qual se inscreve um ideal de língua representado pelo conceito de *língua imaginária*, uma língua que se sustenta nas formas institucionais e sistematizadas. Assim, as políticas adotadas pelo então presidente priorizam o valor de *unidade*, pois buscam identificar os sujeitos habitantes do Brasil por uma mesma língua, apagando sua identidade expressa por outra de um lugar estrangeiro, em especial dos países dos quais partiram imigrantes na época do governo de Vargas.

Dito isso, concluímos nossa pesquisa refletindo sobre a importância de tal estudo para a área, o qual contribui por articular conceitos teóricos aos movimentos da memória desenvolvidos em uma materialidade da língua, o discurso de posse, relacionando-a com as políticas de língua promulgadas por Vargas. Além disso, a experiência de produção de escrita deste Trabalho de Conclusão de Curso representa a finalização de uma etapa importante na formação acadêmica e profissional deste

autor, mas também conduz a uma abertura para novas possibilidades de análise e reflexão sobre a nossa língua e seu estudo científico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-Lei nº 406, de 1938. **Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De10406.htm. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.545, de 1939. **Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 nov. 2021.

CASTELLO, João Victor M.; MEDEIROS, Júlia O.; ALMEIDA, Magali L. da Silva. Letras, elitismo e chá: a estrutura de poder na Academia Brasileira de Letras. **Miguilim** - Revista Eletrônica do Netlli, v. 8, n. 3, 2020. Disponível em: <http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/MigREN/article/view/2155>. Acesso em: 26 jun. 2021.

CERVO, Larissa Montagner. **Língua, patrimônio nosso**. 2012. 199 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2012.

Estatuto da Academia Brasileira de Letras. 1897. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academia/estatuto>. Acesso em: 22 dez. 2022.

FIORIN, José Luiz. Considerações em torno do projeto de lei de defesa, proteção, promoção e uso do idioma apresentado à câmara dos deputados pelo deputado Aldo Rebelo. In: MOTTA-ROTH, Désirée (ed.). **Boletim ALAB**, ano 4, nº 4, p. 31-47, 2000.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. Enunciação e política de línguas no Brasil. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras**, Santa Maria – RS, n. 27, p. 47-53, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11897>. Acesso em: 23 dez. 2022.

GUIMARÃES, Eduardo. A língua portuguesa no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 24-28, 2005. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000200015. Acesso em: 21 jun. 2022.

JUNQUEIRA, Eduardo. **Academia Brasileira de Letras (ABL)**. s.d. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ACADEMIA%20BRASILEIRA%20DE%20LETRAS.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2021.

LOPES, João Paulo. **A nação (i)mortal**: identidade nacional e política na Academia Brasileira de Letras (1934-1943). Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo

Horizonte, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/VCSA-8T7PNA>. Acesso em: 5 nov. 2022.

ORLANDI, Eni P. O discurso sobre a língua no período Vargas (Estado Novo – 1937/1945). **Língua e Instrumentos Linguísticos**, n. 15, p. 27-33, Universidade Estadual de Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni P. Língua Imaginária e Língua Fluída. **Língua Brasileira e Outras Histórias**. Campinas, Editora RG, 2009.

ORLANDI, Eni P. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 12ª edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PAIVA, Ataulfo de. **Discurso de recepção a Getúlio Vargas**. Academia Brasileira de Letras, 1943. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/getulio-vargas/discurso-de-recepcao>. Acesso em: 15 set. 2021.

PAYER, Maria O. A interdição da língua dos imigrantes (italianos) no Brasil: condições, modos, consequências. In: ORLANDI, Eni P. (org.). **História das ideias linguísticas**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, p. 235-255, 2001.

ROCHA, Simone. O poder da linguagem na Era Vargas: o abasileiramento do imigrante. **Anais do 6º Encontro Celsul** - Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul, 2004. Disponível em: http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/CELSUL_VI/Individuais/O%20PODER%20DA%20LINGUAGEM%20NA%20ERA%20VARGAS%20O%20ABRASILEIRAMENTO%20DO%20IMIGRANTE.pdf. Acesso em: 2 dez. 2022.

SILVA, Maurício. A Academia Brasileira de Letras e a institucionalização do academicismo no Brasil do final do século XIX. **O Eixo e a Roda**: Revista de Literatura Brasileira, v. 14, p. 69–84, 2007. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/3242. Acesso em: 9 jul. 2021.

SOUSA, Rainer. História da ABL. **PrePara Enem**. Disponível em: <https://www.preparaenem.com/historia-do-brasil/historia-da-abl.ht>. Acesso em: 11 nov. 2021.

STURZA, Eliana Rosa; FIEPKE, Rejane Beatriz. A política linguística da Era Vargas e seus efeitos na vida de descendentes de imigrantes alemães de Novo Machado - RS. **Revista Ribanceira**, n. 8, p. 122-133, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/ribanceira/article/view/1207>. Acesso em: 18 ago. 2021.

VARGAS, Getúlio. **Discurso de posse**. Academia Brasileira de Letras, 1943. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/getulio-vargas/discurso-de-posse>. Acesso em: 16 jun. 2021.

ZANDWAIS, Ana. Saberes sobre a identidade nacional: o processo de construção de um imaginário de cidadania durante o governo Vargas. In: FERREIRA, Maria Cristina; INDURSKY, Freda (org.). **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, p. 251-264, 2007.

ANEXO

ANEXO A – DISCURSO DE POSSE DE GETÚLIO VARGAS NA ABL

Senhores,

Antes de tomar posse da Cadeira que me destinastes, desejo fazer algumas considerações de caráter pessoal. Não me sinto em meio estranho. Além da grande honra de achar-me entre os mais elevados expoentes da inteligência brasileira, experimento a satisfação de aqui encontrar antigos companheiros de jornadas públicas e amizades que muito prezo.

Presidindo nossos trabalhos, vejo o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, que foi meu eficiente e dedicado Ministro de Estado, personalidade por todos querida e admirada; também o seu ilustre antecessor ao tempo da minha eleição acadêmica, o Professor Levi Carneiro, que emprestou ao governo, em muitas oportunidades, as luzes da sua cultura jurídica; e, por último, o Ministro Ataulfo de Paiva, magistrado de altas virtudes, filantropo e homem de extensa projeção social, designado, em boa hora, para receber-me. Considero, ainda, a circunstância e o especial agrado de pertencerem a esta Casa os poetas, romancistas e polígrafos que sempre apreciei e distingui, entre as minhas mais sinceras admirações intelectuais.

Não, posso, finalmente, deixar de lembrar três nomes dos mais ilustres da nossa Companhia, e aos quais me liguei por laços de amizade sincera e compreensão intelectual: Gregório da Fonseca, meu colaborador de imediata confiança, grande coração e grande caráter; Humberto de Campos, cujos últimos dias da vida acompanhei com emocional carinho; Alberto de Oliveira, o magnífico poeta, gentil homem das letras, com quem me entretive em inesquecíveis momentos de contato espiritual.

Devo e quero agradecer, agora, o generoso empenho que pusestes em trazer-me ao vosso convívio permanente, conferindo-me honra por certo superior aos meus méritos de inteligência e cultura.

Senhor Presidente. Senhores Acadêmicos,

A atividade intelectual é para mim uma imposição da vida política, que exige de quem a ela se consagra a obrigação de comunicar-se com o público com precisão e

clareza, explicando idéias e problemas de governo, esforçando-se por fazer-se ouvir e compreender.

Não sou e nunca pretendi ser um escritor de ofício, um cultor das belas-artes, embora tenha me habituado, desde moço, à amável convivência de poetas e romancistas, como leitor e admirador comovido das suas obras. Por que não hei de reconhecer também, numa confissão escusável nestas circunstâncias, a atração que sempre exerceram sobre mim os homens de pensamento, as inteligências cultas e desinteressadas, os espíritos de alto quilate moral, possuidores do divino dom de transmitir aos seus semelhantes as conquistas culturais, os anseios piedosos, os arrebatamentos da paixão e da fé?

Mas, tudo isso de que vos falo está longe de definir os méritos de um escritor, de legitimar pretensões à partilha dos louros e das glórias a que têm direito os príncipes da poesia e os mágicos exploradores dos reinos da ficção.

A Casa de Machado de Assis parecia reservada, nas minhas reflexões, aos homens votados à criação artística e ao estudo desinteressado dos problemas culturais. Não a considerava gleba apropriada ao rude amanho dos agricultores, mas terreno escolhido e tratado, onde os jardineiros operam milagres de beleza e colorido.

Nascida sob a invocação da Academia Francesa, por ela modelada, teria certamente o destino de servir de refúgio e assegurar repouso amável aos espíritos serenos, que olham a vida em termos de categoria filosófica e usam as lentes da perspectiva histórica para observar com imparcial frieza os acontecimentos da atualidade.

Sem dúvida, as circunstâncias da vossa Fundação delatavam o divórcio então existente entre a pura análise espiritual, a seriação e o estudo da realidade através das artes e as atividades chamadas práticas

Naquele remanso do fim do século, passadas e esquecidas as agitações que auspiciaram o advento da República, políticos e administradores caminhavam de um lado e intelectuais do outro, ocupando margens opostas na torrente da vida social.

Por uma deformação lógica, sentiam-se quase incompatíveis. As alterações da semântica retratam, melhor do que amplas razões, essa situação de fato. Poeta era, ao tempo, sinônimo popular de lunático, pessoa ausente, habitando um mundo de fantasias e imagens; literato traduzia, num pejorativo brando, o teórico, pés fora do solo, cabeça nas nuvens, alheio às realidades quotidianas e convencido de poder ajustá-las aos esquemas simplistas da construção dialética.

Em ambiente assim, era inevitável, as energias sociais dispersavam-se esterilmente e o desdém do espírito pela matéria tomava formas quase extravagantes. Para o homem de letras, as palavras político, industrial, administrador, tinham igualmente um sentido alterado: significavam estreiteza de vistas, incapacidade imaginativa, grosseiro trato com as coisas belas da vida e os seus valores supremos. Para ser um exemplar dessa fauna tornava-se necessário ignorar as rosas, os poentes, as sutilezas da linguagem, o aguçamento de um sarcasmo e a finura de uma ironia.

Explicavam uns e outros, através de conceitos voluntariamente truncados, o desdém recíproco e a mútua desconfiança. Os literatos reclamavam o isolamento, a torre de marfim, a impassibilidade marmórea, e essa atitude se refletia na própria preferência pelas imagens do reino mineral, tão do gosto dos poetas mais celebrados do tempo. Os homens de ação, dedicados às tarefas práticas, desacreditavam, por seu turno, as possibilidades reais dos que sabiam pensar e dizer.

Não há novidade em declarar, por conseguinte, que a primeira fase da vossa ilustre Instituição decorreu à margem das atividades gerais, enquanto o Estado, a administração, a sociedade civil evoluíam e se transformavam. Só no terceiro decênio deste século operou-se a simbiose necessária entre homens de pensamento e de ação. Hoje vemos em vosso meio, compartilhando a imortalidade com poetas e romancistas, representantes das profissões liberais, juristas, historiadores, políticos e até industriais. É admirável que isso aconteça. Os valores da inteligência são multiformes, resultam de múltiplas e fecundas aplicações. Os modernos processos de integração social não podem malbaratá-los e a todos disciplinam, num sentido útil, para maior bem da coletividade.

O papel das Academias não é, na atualidade, o que Chapelain atribuía à Academia Francesa: “Fazer um grande dicionário e fiscalizar a língua.” É mais importante, mais amplo e profundo.

Não corresponde, evidentemente, a uma instituição acadêmica vanguardear os movimentos revolucionários em Arte e Cultura. Também não lhe corresponde atuar do lado extremo, permanecendo fechada num conservantismo estreito e reacionário. Cabe-lhe, no conjunto das atividades gerais, uma função ativa, coordenadora de tendências, idéias e valores, capaz de elevar a vida intelectual do País a um plano superior, imprimindo-lhe direção construtiva, força e equilíbrio criador.

Foi com essa visão global das responsabilidades acadêmicas que aceitei um lugar na vossa ilustre Companhia, honrado com a escolha, que considero homenagem excepcional, e disposto a trabalhar convosco pela afirmação da nossa cultura, interessando-a na solução dos grandes problemas da Nacionalidade.

Eleito para a Cadeira 37, venho sentar-me entre vós, sob o patronato de Tomás Antônio Gonzaga, na sucessão de Silva Ramos e Alcântara Machado. Não me poderia sentir melhor em qualquer outra. O poeta da Inconfidência Mineira alcançou essa consagração mais pelo seu destino político que pela expressão da sua arte poética, aliás, formosa.

Numerosos foram os homens que, pela época, interpretaram em verso os anseios sentimentais, as dúvidas amorosas, os conflitos do desejo e das possibilidades. O que singularizou a figura daquele desembargador do século XVII não foi certamente a inovação literária, a inspiração de grandes vôos ou a criação lingüística, como aconteceu com Dante e Camões. A sua lírica é similar à de todos os poetas do tempo. Reflete idênticas influências, repassa concebidos modismos, veste-se com as mesmas galas retóricas. Versejar parecia, então, sestro generalizado, diversão preferida das classes cultas. Se desde os clássicos da língua se admitia que “não fazem dano as musas aos doutores”, contavam com absolvição antecipada os governantes poetas, os líricos magistrados.

Essa produção literária oferecia, entretanto, pouco ou nenhuma originalidade. Seguia invariavelmente regras aprendidas a modo de ofício manual e a temática restrita dos modelos. Tomás Antônio Gonzaga, que é o nosso exemplo vivendo em Vila Rica, cidade colonial das Minas Gerais – cheia de pretos da mineração, de brigas de garimpeiros, de façanhas de contrabando – não nos apresenta, nas suas composições, um esboço sequer da vida ambiente. A mais leve referência ao meio é esquecida. As suas poesias não se embeberam do cheiro estonteante da terra moça. As pastoras, os zangais, os pegureiros, que invoca e canta, não passam de simples expressões de um dicionário ignorado na colônia do ouro e das pedras, consumida pela febre das riquezas e do luxo que a Inglaterra e a Flandres produziam e Portugal importava e pagava com larguezas de perdulário.

Não foi, por consequência, essa literatura de amores infelizes, tão comum em tantos autores da época, o que elevou a herói o patrono desta Cadeira. A projeção excepcional da personalidade do cantor de Marília resultou da sua atuação política,

da sua participação num acontecimento que objetivava emancipar a grande terra brasileira, ausente na obra do poeta e presente na existência do homem.

O verdadeiro patrono da Cadeira 37, não é, a rigor, o lírico de Marília de Dirceu. A poesia influenciou na escolha como mera circunstância. A homenagem do patronato equivale a um preito de admiração à memória do poeta que se ligou a uma nobre causa e por ela padeceu o degredo e a morte expatriada. Iluminado por um sentimento de justiça, de independência, de anticolonialismo, Tomás Antônio Gonzaga legou-nos, ultrapassando a sua vocação lírica, a ascendência de uma vocação política sacrificada pela emancipação do Brasil.

Os fundadores da Academia tiveram, ao contrário do que se tem dito, uma iniciativa feliz, ao retirarem do hagiológico pátrio o nome do herói, confiando-lhe o destino de uma Cadeira que parece fadada a recolher os que, noutros tempos e por outros caminhos, se devotam ao engrandecimento da Nação, decididos a servi-la sem medir esforços.

Já originou observações curiosas a coincidência de ter sido português pelo sangue o patrono da Cadeira 37 e português pela formação literária seu primeiro ocupante. Silva Ramos, filólogo, pensando e escrevendo em moldes clássicos, era, realmente, um filho espiritual de Coimbra, exilado no Rio de Janeiro, entre gentes que deslocavam pronomes e abusavam dos gerúndios.

O fenômeno não é novo e o vemos repetir-se na América com desusada freqüência. Deriva claramente da herança lingüística. Os idiomas dos grandes grupos sociais originários da Europa tendem a retornar aos antepassados, numa forma de hereditariedade semelhante à do mundo biológico.

Fiel à mentalidade de herança que se fortalecera definitivamente na fase de formação cultural, Silva Ramos não se preocupou em readaptar-se às exigências do meio em que veio viver e trabalhar. Certamente, isso não lhe parecia necessário. A língua era e ainda é o único instrumento de expressão entre os dois povos e o laço mais forte de consangüinidade capaz de manter em contato íntimo e fraternal brasileiros e portugueses. Ficou tal como veio de Coimbra, exercendo com serenidade compreensiva a missão de mestre da boa linguagem. Foi um gramático, classificação que apesar de parecer hoje um tanto pejorativa, corresponde exatamente a certos períodos culturais em todas as latitudes:.. Com a perspectiva do tempo poderemos dizer que preferiu ser um selecionador a ser um criador. Conhecer e escolher afigurava-se-lhe talvez mais grato que inventar e produzir.

Em 1931, sucedeu a Silva Ramos o Professor José de Alcântara Machado de Oliveira, que, durante um decênio, emprestou à Academia o brilho do seu pensamento e da sua cultura séria e extensa.

Alcântara Machado representava entre nós uma estirpe mental de linhas fortes e bem definidas. Possuía uma formação cultural sólida e de amplos horizontes. Essa formação não se fizera, entretanto, com sacrifício da personalidade, que se constituiu reta e em constante ascensão, obedecendo a fundamentos morais de nítida influência cristã e encerrando, segundo o conceito de Maritain, a totalidade dos atributos humanos. Militante da cátedra, militante da política, exercendo no seu meio tão fecundo – a velha Faculdade de Direito de São Paulo – ação direta e pessoal como professor e mais tarde diretor, foi literariamente um tradicionalista.

As épocas passadas encontravam nele ressonâncias duradouras. Aprendera com Renan a considerar a tradição o mais forte fundamento da ideia de Pátria. Homem do seu tempo, apercebido das realidades atuais, compreensivo e plástico na atuação social, admirava os antepassados, celebrava-lhe os feitos e sentia-se perante eles herdeiro responsável das suas qualidades e virtudes.

O livro de estreia literária de Alcântara Machado – décimo trabalho publicado, porque até aí só as letras jurídicas o preocupavam – é *Vida e Morte do Bandeirante*. Todos vós conheceis essas páginas admiráveis. Retratando o viver simples, austero e frugal dos desbravadores e pioneiros das terras altas do Brasil, o autor se entrega a uma tarefa grata aos seus sentimentos tradicionalistas. Não se trata de um trabalho de pura reconstrução histórica. Por certo, se enquadra no gênero perfeitamente. Sobre-lhe exatidão documental e a recomposição da vida social da época se desdobra em quadros descritivos quase fotográficos, sem omitir a localização dos fatos, fixando-os à paisagem e aos seus acidentes caracterizadores. Sabia, naturalmente, que a história deriva da geografia. Colocando as personagens no seu meio, identificando-as com ele, conseguiu apresentá-las completas, talhadas, como deveriam ser na realidade, num único bloco. Ali estavam associados, inseparáveis, os dois elementos conformadores da personalidade de Alcântara Machado: – o amor à terra e o culto dos antepassados. Deles tirava, como Barrès, a sua lei de equilíbrio no seio de uma sociedade em crescimento, que se alargava em círculos maiores de diversificação à medida que lhe vinham de fora, de outras latitudes, contingentes étnicos de vária origem, portadores de novas forças de conquista e de novos processos de

apropriação econômica. Vendo chegar os adventícios, o coração de Alcântara Machado se confrangia e o seu espírito se povoava de interrogações sobre o futuro.

É fora de dúvida que o confronto entre os dois quadros – o da expansão bandeirante e o da incorporação imigratória – sobressaltava-o e enchia-o de temores. A propósito, devemos lembrar uma passagem do discurso que pronunciou na Academia Paulista de Letras, em setembro de 1940.

“– Porque não nos iludamos – dizia. – Aqui está se desenrolando a luta silenciosa e subterrânea, mas incessante e encarniçada, dos adventícios entre si e de todos contra nós. Agrava-se de momento a momento o perigo, já anunciado por alguém, de nos tornarmos uma colônia como as demais neste chão conquistado, fecundado e mantido ileso pela coragem e pelo trabalho dos nossos maiores.

Por mais que se digam, e mesmo que sinceramente se esforcem por ser brasileiros, não o são, nem podem sê-los, os recém-chegados. Faltam-lhes aquela integração no espírito da grei, aquela impregnação profunda da sensibilidade pela natureza, que vem do nosso lastro hereditário e determina o nosso modo e a nossa razão de ser. À ação de presença desses representantes de raças tão distantes, preocupados com a satisfação de interesses imediatos, não será ousadia atribuir o declínio sensível das nossas virtudes tradicionais.

Aí está o que nos deve apavorar. É a possibilidade de que um dia se desnature a alma coletiva, substituída por outra, feita de retalhos de tecidos disparatados. Retomam-se províncias arrancadas pelo inimigo; mas não se consegue jamais reaver consciências anexadas ao estrangeiro. Contra essa eventualidade, tornada mais temerária hoje em dia pelas tendências dominantes em certos países, que convertem cada emigrado em instrumento de expansão imperialista, urge que mobilizemos todas as energias.”

As palavras de Alcântara Machado no discurso citado são as últimas que se lhe ouviram antes que a morte o roubasse ao convívio dos amigos e ao serviço das letras. Poderíamos considerá-las o seu testamento patriótico em face das provações da nova guerra e das incertezas do futuro para as nações jovens, de fraca densidade demográfica, abertas à imigração e desarmadas. Mostram, ainda, como era forte, no conjunto das suas qualidades de homem culto, o sentido da responsabilidade pública, sempre alertado nas situações em que teve de atuar, como professor, político,

historiador, escritor ou jurista. E não é demais acentuar o equilíbrio, a serenidade, a dignidade das suas atitudes nos prélios onde foi chamado a opinar. Na cátedra, na tribuna parlamentar, nos concílios partidários, era sempre o mesmo – fidalgo na compostura, discreto no dissentir, firme sem jactâncias, lúcido no pensar e elegante no dizer.

Como instrumento de expressão a linguagem por ele usada em todas as circunstâncias aparecia dúctil, pulcra, transparente, cheia de ressonâncias clássicas, revelando um escritor com recursos excepcionais de estilo e de idéias. Em Alcântara Machado podemos comprovar o acerto de Sainte-Beuve quando afirma que “um pensamento firme e vivo já se apresenta necessariamente com a sua forma completa de expressão”.

Antes de ir adiante, quero anotar uma observação marginal sobre a atitude do autor de *Vida e Morte do Bandeirante* relativamente ao problema da assimilação dos contingentes imigratórios. Já sabemos como era ele amoroso da terra, profundamente enraizado ao solo pátrio. O livro em que evoca, magistral e comovidamente, o pioneirismo paulista dedica-o a membros da família, remontando a “Antônio de Oliveira, chegado a São Vicente em 1532”. Reata, assim, os laços de ascendência a velhos troncos patrícos dos primórdios da colonização portuguesa.

Alguns anos antes – eis o curioso desencontro – Antônio de Alcântara Machado, filho mais velho do nosso ilustre companheiro, publicava o seu primeiro trabalho literário, dando-lhe por título os nomes de três bairros populares de São Paulo e dedicando-o “aos novos mamelucos”, isto é, aos pioneiros do progresso paulista nos dias recentes do afluxo imigratório. E, ao invés de escrevê-lo na linguagem apurada que tanto elevou o nome do pai como escritor, utilizou-se do idioma dialetado dos descendentes de italianos, fazendo excelente literatura com os casos do quotidiano nas ruas movimentadas dos bairros industriais.

Aparecia, flagrante, a contradição. Para o filho, os bandeirantes do pai valiam tanto quanto os seus condes papalinos, os seus pequenos industriais prósperos e outros humildes adventícios, construtores anônimos do engrandecimento da cidade. Enquanto aquele evocava, orgulhoso, os sertanistas e desbravadores da era do ouro e das pedras, o outro olhava com admiração os homens novos, lutando dentro da floresta das chaminés fumegantes espetadas irreverentemente para os céus.

Compreendemos, desde logo, o antagonismo das duas gerações representados pelo pai e o filho, com as suas transformações de mentalidade e

diferenciação social. Com quem estaria a razão? Talvez Alcântara Machado houvesse formulado a pergunta a si mesmo e nos tivesse dado a resposta na passagem da magnífica oração acadêmica anteriormente lembrada. Fácil seria certamente resolver o dissídio, sem recusar razões a ambos. Limitemo-nos, porém, à anotação do fato em si, evitando juízos que os mortos não podem contestar e aproveitando-o para mostrar como se apresenta, nos nossos dias, imperioso e contingente, o problema da incorporação dos imigrantes aos núcleos da população nacional. A atualidade, com os tremendos ensinamentos da guerra, está a indicar o único caminho possível: apressarmos, por todos os meios, a transformação dos adventícios em autênticos e bons brasileiros.

Depois desta digressão, retomemos o fio das considerações anteriores para fixar aspectos singulares da fisionomia moral de Alcântara Machado e marcar os ritmos da sua marcha vitoriosa desde os bancos acadêmicos até alcançar o mais alto plano da consagração literária.

Todos os adolescentes – opinam alguns psicólogos demasiado imaginosos – levam consigo, ao entrar no mundo dos descobrimentos e surpresas que a idade lhes reserva, um arquétipo, um modelo da personalidade, “aquele que desejariam ser” e cuja maneira de viver desejariam repetir. Escolhido o modelo procuram imitá-lo pelos anos afora, muitos sem êxito, outros com simples aproximações, alguns logo desiludidos da difícil empresa. Há ainda os que se desencantam nas primeiras experiências de adaptação e os que teimam em seguir padrões antípodas e incompatíveis com as tendências do temperamento e as condições de tempo e de meio. São, geralmente, os casos que mais se fazem notar pelo disparatado dos contrastes e a incongruência das atitudes postizas e caricaturescas. Não vemos por aí, com tanta freqüência, tartamudos que se julgam Demóstenes; pesquisadores de biblioteca que se consideram grandes eruditos; militares, políticos e estadistas empolgados pela imitação das figuras históricas de Napoleão, Alexandre e César? Quantos desses desencontros, dessas falsificações de modelos estarão a interferir desastrosamente no destino dos homens e dos povos?

Se tomássemos a sério a estranha teoria as verificações da sua aplicação haveriam de ser decepcionantes. Não, certamente, em relação a homens como Alcântara Machado, cujo arquétipo nenhum trabalho daria descobrir, tal a confessada fidelidade com que o seguiu, honrando-o consciente e exemplarmente. Nunca o ocultou e em todas as circunstâncias teve-o presente como supremo mentor das suas

diretrizes morais e das suas conquistas de homem de pensamento. Era o pai, era Brasília Machado, cuja biografia escreveu com tanto carinho e devoção filial.

De Alcântara Machado podemos dizer que foi um menino-moço. Cresceu e educou-se sob a direta e imediata influência paterna. Brasília Machado, professor, advogado, político e orador marcou-lhe os rumos da existência desde os passos iniciais. Precoce, reconcentrado, estudioso – aos 21 anos se fazia professor na mesma escola onde pontificara o pai. A tese com que disputou a cadeira – um trabalho completo sobre medicina legal – revelou-o uma inteligência vigorosa, honesta e armada com os melhores recursos da cultura jurídica e das letras clássicas. Daí por diante, nenhuma hesitação na marcha. Entregou-se a outros trabalhos, como advogado e político, e os realizou com a mesma segurança e elevação de idéias.

Poucos contatos pessoais tive com Alcântara Machado para considerar-me habilitado a falar do seu feitio íntimo, das linhas do seu caráter, dos seus sentimentos e reações diante dos atos humanos e dos acontecimentos sociais. O que recolhi, porém, conforma substancialmente o testemunho dos amigos e dos que o conheceram mais de perto. Muitos se referem à sua bondade acolhedora, à timidez que parecia dominar-lhe os movimentos e dar a quem não o conhecia uma falsa impressão de soberba e superioridade estudada. Não me parece que esse fosse, realmente, o “defeito honesto” do seu caráter. A timidez nos espíritos cultos e sensitivos, fáceis de ser atingidos simultaneamente pelos caminhos da emoção e da inteligência, não passa as mais das vezes de uma disposição espontânea da personalidade. O tímido é geralmente um fraco de vontade. Nas suscetibilidades exageradas, nas tensões e afrouxamentos das reações nervosas, ora amortecidas, ora abruptas, deixa-se surpreender os primeiros contatos. Faltam-lhe, por isso mesmo, nas ações e na maneira de comportar-se, os nexos de continuidade e de serenidade, que são visíveis e persistentes nos temperamentos equilibrados, sadios e fortes. Alcântara Machado escapava, evidentemente, à classificação de tímido. Nos atos e nos modos de agir demonstrou sempre uma coragem serena e uma vontade firme. Poderiam levá-lo por convencimento a transigir, mas não o obrigariam jamais a desistir por imposição ou temor. Era, apesar disso – afirmam quantos lhe desfrutaram a convivência e o trato fidalgo – um afetivo. Não se confiava facilmente a intimidades, mas reservava para os amigos uma constante e enternecida assistência. O que o fazia parco em expansões e o colocava na posição de quem não quer ser visto talvez fosse o receio de parecer falso e metediço, quando o seu empenho maior consistia em

guardar fidelidade a si mesmo. Pertencendo a uma geração de crise – a de 1890 – teve oportunidade de conhecer períodos de depressão, de prosperidade geral e de sérios traumatismos políticos. Recolhera, na fase de formação, as últimas influências do Romantismo e sofreu as primeiras inquietações do século. Explica-se, assim, por que ao atingir a idade madura, desfeitas muitas ilusões e embebido de resignação cristã, viesse a considerar “a vida uma grande lição de humildade”.

Os últimos anos de existência consagrou-os Alcântara Machado a dois trabalhos totalmente diferentes: a biografia de Brasília Machado e o Código Criminal Brasileiro.

O estudo biográfico do pai assinala mais um marco definitivo na carreira do escritor. Executou-o com cuidados enternecidos. O perfil do notável professor vale por uma perfeita reprodução da sua personalidade. Brasília Machado possuía, indiscutivelmente, títulos de sobra para destacar-se no meio em que viveu e atuou. A inteligência pronta, a cultura jurídica, a combatividade faziam-no admirado e respeitado como mestre e causídico. Possuía porte tribunício, flama e audácias verbais de autêntico orador. Era também capaz de dedicar-se a causas nobres e desinteressadas. Firme de caráter e de convicções, quando renunciou às lutas partidárias não o fez para encerrar-se no cômodo silêncio do conformismo. Católico praticante, antes dos vinte anos converte à religião o próprio pai, velho brigadeiro, maçom, anticlerical, excelente protótipo dos homens do Primeiro Império. Completa, afinal, brilhantemente o ciclo da sua projeção social, batendo-se, como diria o filho, “pela recristianização do Brasil, pela volta ao espiritualismo de uma terra que ao espiritualismo cristão devem grande parte seu crescimento e sua unidade”.

O jurista, em Alcântara Machado, antecipou-se ao homem de letras. A parte mais sólida da sua cultura, a sistemática dos conhecimentos, a orientação filosófica foram aquisições feitas na mocidade, durante o curso de Direito, na velha e gloriosa Faculdade de São Paulo. Ao ingressar no professorado a sua mentalidade já estava definitivamente conformada e apta a aplicar-se com seguro equilíbrio. Foi, por isso, um mestre completo e um causídico de rara proficiência.

A organização do Código Criminal vem a ser, por conseguinte, uma espécie de coroamento das atividades do jurista, do professor e do advogado. Foi-lhe confiada numa hora de transição política, quando se mudavam as instituições para cuja adoção o parlamentar decisivamente contribuía. Lembro a circunstância para salientar como o político sabia sobrepor-se, serena e patrioticamente, às contingências dos

acontecimentos. Esquecendo-se de si, superior às suscetibilidades e às decepções, esteve sempre pronto a aplicar o saber e a sacrificar as comodidades pessoais em proveito das iniciativas úteis à coletividade.

Apraz-me destacar, mais uma vez, esse traço marcante da personalidade de Alcântara Machado. O sentido da solidariedade humana era nele tão forte como a vontade de realizar. Pensava certamente com Montaigne que “quem não vive de algum modo para os outros mal vive para si”.

Nas atividades de acadêmico conduziu-se com idêntica elevação de espírito. Já o disseram melhor do que eu, por ocasião da sua morte, os eminentes confrades congregados em sessão para celebrar-lhe a memória. No acervo dos seus trabalhos, as orações acadêmicas representam uma contribuição literária destinada a durar e a incorporar-se ao patrimônio cultural do país. São páginas vigorosas de penetração crítica, saturadas de sentido humanista, onde o escritor se mostra na plenitude dos seus recursos de expressão. Lembremos, nos discursos de posse e recepção que pronunciou, os juízos sobre Silva Ramos, Luís Guimarães Júnior, João Ribeiro e Joaquim Nabuco. A precisão dos conceitos, o exame das ascendências culturais e os nexos históricos indispensáveis em trabalhos críticos de ampla estruturação transformam os perfis traçados numa galeria rica de conteúdo espiritual e de interesse humano.

Alcântara Machado trouxe para os trabalhos acadêmicos a sua deslumbrada capacidade de compreender e aquilatar, sem restrições ideológicas e preconceitos de escola, os valores fecundos da inteligência. Acreditava no préstimo social dos intelectuais e na função política da literatura.

A existência de instituições como a nossa não encontraria justificção plausível no conjunto das atividades sociais se limitássemos a sua esfera de ação à tarefa de selecionar e consagrar, dentro das fronteiras do país, as glórias literárias. É o que se pode concluir também, atentando para a feição peculiar da obra de Alcântara Machado e evocando as palavras magistrais da parte final da sua oração de posse, quando afirma caber à Academia, “que é a expressão luminosa do pensamento e da sensibilidade nacionais, o dever, de que jamais desertou, de apertar os elos de solidariedade, por uma compreensão e um conhecimento mais perfeitos, entre os brasileiros de todos os Estados”.

Encerra essa afirmação todo um programa de atuação construtiva e nacionalizadora. A Academia, preciso é reconhecer, já começou a executá-lo desde o

momento em que abriu as portas da imortalidade aos representantes da inteligência brasileira vindos dos diversos quadrantes geográficos e considerados expoentes legítimos nas Letras, na Sociologia, na Medicina, na Administração e nas ciências em geral. Cumpre-lhe, apenas, desenvolvê-lo, ampliá-lo, exercendo uma espécie de judicatura sobre a vida mental do País, preparando uma atmosfera de interesse e de respeito pelas criações intelectuais, estimulando as vocações e facilitando-lhes o acesso às fontes de revigoramento e renovação espiritual.

O Brasil realizou a sua emancipação política, constrói agora a sua emancipação econômica e inicia, finalmente, a sua emancipação cultural. As responsabilidades dessa magna tarefa têm de recair necessariamente sobre os intelectuais e os homens de pensamento. A Academia Brasileira de Letras não reúne a todos, mas dispõe de meios para congregá-los, oferecendo o exemplo dos seus ilustres membros, que não se recusarão a consagrar a tão alta empresa o que melhor possuem como expressão de inteligência, de generosidade, de fé patriótica.